UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e
Participação Política

ALTIVO OVANDO JÚNIOR

PRAÇA DA SÉ: REFORMADA OU DEFORMADA
PELAS OBRAS DO METRÔ?!

SÃO PAULO

2014

ALTIVO OVANDO JÚNIOR

**Praça da Sé: reformada ou deformada
pelas obras do metrô?!**

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 8 de abril de 2014. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Orientador:

Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
Biblioteca

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Ovando Júnior, Altivo

Praça da Sé : reformada ou deformada pelas obras do metrô?! / Altivo
Ovando Júnior ; orientador, Diamantino Alves Correia Pereira. – São Paulo,
2014.

124 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação
em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e
Humanidades, Universidade de São Paulo, 2014.

Versão corrigida.

1. Sociologia urbana – São Paulo (SP). 2. Praça da Sé – Arquitetura –
História. 3. Planejamento territorial urbano – História – São Paulo (SP).
4. Espaço público – Aspectos sociopolíticos. 5. Urbanização. 6. Palacete
Santa Helena. 7. Edifício Mendes Caldeira. I. Pereira, Diamantino Alves
Correia, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 307.760981611

Nome : OVANDO JÚNIOR, Altivo.

Título : Praça da sé: reformada ou deformada pelas obras do metrô?!

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Diamantino Alves Correia
Pereira

Aprovado em 08/04/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira (Orientador)

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP)

Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP)

Profª Drª Sílvia Helena Zanirato

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP)

Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP)

Prof. Dr. Gustavo de Oliveira Coelho de Souza

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)

DEDICATÓRIA

Dedicar.....dedicar.....missão de certa forma inglória e injusta, tantos são os destinatários que escolher é excluir. Mas, para não fugir à responsabilidade, lá vai...

Ao meu paizinho e à minha mãezinha, que infelizmente não puderam esperar por aqui essa longa jornada chegar ao fim;

À Adilana parceira amiga amante, por tudo, por tudo.

À Anahi, Altivinho, Ana Catharina e Alejandro pela luz que são nesse céu já pouco brilhante de um país belo e ingrato

Às irmãs, pelos lápis na mão do pequeno guri teimoso

À vida, enfim, que também prima pela teimosia em nos colocar diante dela

AGRADECIMENTOS

Ao meu Orientador Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira, pela dedicação e cuidados;

Aos Profs. Marcos Bernardino, Sílvia Zaniratto, Alessandro Soares da Silva, Andrea Viúde, Sidney Raimundo, Lisete Barlach e Antonio Carlos Sarti por tantos ensinamentos e horas tão agradáveis de convívio inteligente;

Aos funcionários da Biblioteca: Chefe Técnica de Serviço - Rosa Tereza Tierno Plaza; Atendimento Chefe - Analúcia Recine, Luciano Bezerra, Marcos José da Silva, Paulo Andrade, Roger Oliveira, Sidinei Damasceno Basil;

Aquisição: Margarete Guidil, Ana Rocha, Renato Barbosa;

Apoio Administrativo: Gislaine Pereira, Yuri Christoforo;

Processamento Técnico: Chefe - Brenda Malheiros, Célia César, Fabiana Cedro, Fátima Santos, Lúcia Marciano, Melissa Akemi Inoue, Sandra Bittencourt, Sandra Tokarevicz, com um agradecimento em destaque para a Bibliotecária Maria Fátima dos Santos, por acima de tudo ser uma lição do que é fazer profissionalmente aquilo que se ama fazer na vida;

Aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação da EACH Andréa Pedroso, Cristiane Pereira da Silva, Lúcia Marques, Marcus Oscar Oliveira, Sara Ramalho de Brito, Vanessa de Lima Tavares, Chefe Lúcia, com um agradecimento em destaque para o Tiago Villa Mello por ter sido desde a inscrição para a seleção do programa sempre tão gentil e solícito;

Sandra Terezinha dos Santos, do meu escritório

Associação Viva o Centro, especialmente Luamar e João

Dep. Faria Lima e Álvaro Fraga pela pronta e inestimável ajuda

Eng. Flávio Musa de Freitas Guimarães, pelas precisas e emotivas informações

Walkyria Marques de Paula, pela notícia primeira

Anahi Martinho e Márcia Lombo, do english team

Família estendida pelo apoio logístico indispensável e torcida

Prof^{as} Odete Queiróz Novais e Maria Helena Diniz pelo primeiro empurrão

RESUMO

OVANDO JUNIOR, A. **Praça da Sé**: reformada ou deformada pelas obras do metrô?! 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) -- Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2014. Versão corrigida.

A Dissertação versa sobre as obras para a construção da Estação Sé do Metrô de São Paulo realizadas no início da década de 1970. O foco principal é o resultado dessa intervenção na praça produzida por aquelas obras. Antes, havia duas praças com importante história na cidade, a Praça da Sé, com a Catedral em seu ponto mais elevado, e a Praça Clóvis Beviláqua, com o Tribunal de Justiça como destaque, com um quarteirão todo edificado entre elas, que foi demolido para a construção da estação e da praça que surgiu. Dentre essas edificações demolidas, duas expressam muita simbologia e assumem caráter importante para o desenvolvimento do trabalho, o Palacete Santa Helena e o Edifício Mendes Caldeira. Aquele simbolizava o pensamento da esquerda e de uma época áurea da cidade; esse representou a força do autoritarismo, já que foi a primeira implosão realizada.

Palavras chave : Praça da Sé – Arquitetura. Urbanismo - Metrô Sé. Centro histórico - 'Triângulo' de São Paulo - Santa Helena – Memória.

ABSTRACT

OVANDO JUNIOR, A. **Sé Square**: reformed or deformed by the works of the metro!? 2014. 124 f. Dissertation (Master's degree in Science) -- Post Graduate Program in Social Change and Political Participation, School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, 2014. Corrected version.

This dissertation runs upon the works for the construction of the Sé Subway Station in São Paulo, conducted in the early 1970s. The main focus is the result of this intervention in the square produced by those works. Before, there were two squares with important history in the city, the Sé Square with the Cathedral at its highest point, and the Clovis Beviláqua Square, with the Court of Justice as a highlight, with a whole city block built between them, which was demolished to the construction of the station and the square that arose. Among those demolished buildings, two express much symbolism and play an important role in the development of this study: the Santa Helena Palace and the Mendes Caldeira Building. The first one symbolized the left wing thinking and a golden age of the city, the other one represented the strength of authoritarianism, since it was the first implosion held in the country at that time.

Keywords : Sé Square. Architecture. Urbanism – Sé. Subway Station. Historical Center - São Paulo 'Triangle' - Santa Helena - Memory.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	13
2.1	A PRAÇA: UM LUGAR DE ENCONTRO	21
3	O ESPAÇO ESPECÍFICO DE ANÁLISE: A PRAÇA DA SÉ	32
3.1	HISTÓRICO.....	33
3.2	A SÉ COMO CENTRO CÍVICO.....	44
4	O ESVAZIAMENTO DO CENTRO, NOVAS CENTRALIDADES	56
5	A PRAÇA DA SÉ PÓS METRÔ: REFORMADA OU DEFORMADA?! ..	68
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS	110

Figura 1 – PRAÇA DA SÉ, 1978

Praça da Sé, em frente à Catedral, em Ato Ecumênico contra o Custo de Vida, foto de Juca Martins, em 27/08/1978. Esse Movimento foi um dos primeiros a ir para a rua fazer protestos contra o regime militar e contra as condições de vida da população.

Fonte: Juca Martins. Disponível em http://www.flickr.com/photos/istoe_onsubjectivity/7316033866/. Acessado em 19 abr. 2013

1 INTRODUÇÃO

A Dissertação versa sobre as obras para a construção da Estação Sé do Metrô de São Paulo realizadas no início da década de 1970. O foco principal é o resultado dessa intervenção na praça produzida por aquelas obras. Antes, havia duas praças com importante história na cidade, a Praça da Sé com a Catedral em seu ponto mais elevado, e a Praça Clóvis Beviláqua, tendo o Tribunal de Justiça como destaque. Entre elas havia construções e duas ruas de ligação, a rua Santa Teresa na parte de baixo, e a Felipe de Oliveira, na parte superior. Esse quarteirão inteiro circunscrito por tais logradouros foi demolido para a construção da estação e da praça que surgiu.

Dentre as edificações demolidas, duas expressam muita simbologia e assumem caráter importante para o desenvolvimento do trabalho, quais sejam, o Palacete Santa Helena e o Edifício Mendes Caldeira.

O Palacete Santa Helena porque era, em primeiro lugar, uma construção belíssima, do início dos anos vinte, de extremo luxo que abrigou o primeiro cine-teatro da cidade com capacidade para 1.500 espectadores. Foi também um marco na construção civil de São Paulo, pois utilizou concreto armado que era importado da Europa, pois aqui ainda não havia tecnologia suficiente para fazer frente àquela demanda. Além disso, o Santa Helena abrigou em seus escritórios pintores que viriam a se tornar célebres, como Clóvis Graciano, Aldo Bonadei, Francisco Rebolo, Mario Zanini e outros mais, que sob a influência da Semana da Arte Moderna de 1922 montaram o Grupo Santa Helena.

Por fim, o Palacete abrigou ainda em suas salas outros tantos intelectuais, artistas, cinegrafistas, escritores, jornalistas e até sedes de sindicatos que se identificavam com o pensamento político da esquerda. Desde os tempos de Getúlio Vargas e dos protestos sociais contra a aproximação ao movimento nazifascista, o Santa Helena aglutinou pessoas que hoje se denominam como formadoras de opinião. Como as obras do metrô foram realizadas durante o regime militar, naturalmente muito se especulou sobre os verdadeiros motivos da demolição daquele edifício, apesar de à época estar em franca decadência como todo o centro histórico da cidade.

Do ponto de vista técnico, embora se tenha usado esse argumento, o depoimento do Eng. Flávio Musa, do metrô à época das obras, dá conta de que a decisão técnica era para a utilização do método Shield, o conhecido ‘Tatuzão’, mas os governantes optaram por utilizar

o método da abertura de valas pela superfície, derrubando tudo o que houvesse no espaço ocupado pelas praças da Sé e Clóvis Beviláqua.

O segundo edifício importante no estudo foi o Mendes Caldeira. Diferentemente do Santa Helena, ele não prezava pela beleza, muito pelo contrário, tendo uma altura desproporcional ao gabarito do entorno. O fato notável é que foi utilizado para sua demolição o método da implosão, ou seja, com a colocação de bananas de dinamite em sua estrutura. Isso foi usado pela primeira vez no Brasil e foi dada tanta importância ao fato que a implosão foi transmitida ao vivo pela televisão para todo o território nacional. Tal divulgação se deveu porque o governo militar preocupava-se em passar a imagem de uma gestão moderna, realizadora e de pulso forte. Subliminarmente essa mensagem foi passada ao povo pela força das imagens de um enorme edifício ir ao chão em segundos. O governo era capaz de implodir barreiras que surgissem à sua frente, sem vacilos ou hesitações. E a implosão era a modernidade que o imperialismo procurava transmitir à população a fim de obter simpatia aos seus métodos políticos.

O resultado das obras foi que a Praça da Sé, agora unificada com a Praça Clóvis, perdeu completamente seu sentido de identidade com a história e a memória da cidade, além de sua inadequação em termos de escala e de desenho. A Praça da Sé foi a principal praça cívica de São Paulo, mas perdeu esse caráter. É certo que, em parte, esse processo ocorreu ao surgirem outras centralidades urbanas e pontos de concentração e de manifestação mais adequados ao tamanho atual da metrópole, mas também é certo que seu desenho final em nada corresponde a uma praça onde a história registra todo tipo de manifestação política e religiosa, imagem que foi construída, no mínimo, ao longo de dois séculos.

Desde a formação dos primeiros vilarejos conhecidos no mundo a política interferiu na construção e no desenvolvimento urbano.

No Brasil não poderia ser diferente. Mas numa determinada fase da história recente do país, essa mescla entre política e urbanismo se fez presente de forma mais contundente. A referência é sobre o período que vai de 1964 a 1985, durante o regime militar.

Por vários motivos que serão abordados ao longo deste estudo, os militares governantes e seus associados civis que tomaram o poder em março de 64 priorizaram, no âmbito do urbanismo, a execução de grandes, vultosas e vistosas obras públicas. Para Ermínia Maricato, o Brasil constituiu naquele momento uma das mais desiguais sociedades do mundo, para isso usou até o ‘planejamento urbano modernista/funcionalista’ como “instrumento de dominação ideológica”. Segundo ela, essa estratégia de ação “contribuiu para ocultar a cidade

real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo.” (MARICATO, 2012, p. 124).

Governos autoritários procuram usar de vários instrumentos de propaganda ideológica e demonstração de poder e a cidade é o palco desse exercício, com a realização de obras de grande impacto, dando à população a imagem de governo austero, moderno e realizador.

O pressuposto do estudo em curso é de que os Governos militares utilizaram-se daquela importante justificativa – as obras da principal estação do metrô – para esfumçar a memória daquele importante marco político da cidade. E não bastasse isso, ainda faria a propaganda de que a modernidade estava por trás de toda aquela reforma urbanística e arquitetônica.

O trabalho se desenvolve em quatro capítulos.

O primeiro versa sobre a produção do espaço urbano em geral, abordando autores que fazem essa análise segundo o processo de produção capitalista. Como sub item o estudo trata da praça como lugar de encontro, relatando parte do desenvolvimento teórico da função do espaço público para o convívio social.

No segundo capítulo o objeto de análise é a própria Praça da Sé, tendo duas subdivisões, uma sobre o histórico do centro de São Paulo e da Praça, outro sobre sua importância no contexto cívico da metrópole.

O terceiro capítulo trata do esvaziamento do centro urbano da cidade e do papel da função de centralidade que outros locais assumiram, como a Avenida Paulista e a Luis Carlos Berrini com Marginal do Rio Pinheiros.

Por fim, a Praça da Sé depois das obras do metrô, tanto do ponto de vista arquitetônico e de desenho urbano, como em seu aspecto social.

Quanto à metodologia utilizada, o estudo se baseou em levantamento bibliográfico e em análise imagética. Os textos são entremeados de fotografias comentadas que procuram complementar o conteúdo do texto, além é claro de ilustrar e enriquecer visualmente o estudo, especialmente por discutir também aspectos arquitetônicos.

Ademais, é necessário dizer que a escolha do tema se deve ao verdadeiro amor que o autor, *‘paulistano da gema, meu’*, como se diz por essas bandas, nutre por essa cidade e especialmente pelo centro histórico e pelas Praças da Sé e Clóvis. O pai passou a vida em sua banca jurídica ali, o autor passou a reconhecer a importância dessa metrópole nas visitas ao escritório do pai, mais tarde viveu as manifestações que ali se deram, por lá foi detido pela polícia política dos anos de chumbo e deu sua pequenina cota de contribuição para o renascimento do movimento estudantil e, portanto, da democratização do país.

2 O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Na análise da realidade, o espaço já foi tido como o palco onde ocorrem os fenômenos mas já a algumas décadas, ganhou força a noção de que o espaço é na verdade a dimensão espacial da realidade e que portanto ele é produzido no transcorrer da produção do fenômeno. A articulação histórica da produção do espaço se dá em função do desenvolvimento do processo de produção. O espaço está ligado ao modo de produção em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. A ágora grega correspondia à forma como os governantes administravam o Estado e como os cidadãos exerciam sua cidadania.

Henri Lefebvre (1973, p. 215) dizia que “la historia nos muestra que la ciudad oriental corresponde al modo de producción asiático; la ciudad griega y la romana, al modo de producción esclavista; la ciudad medieval, al modo de producción feudal.”

Tanto o espaço rural como o urbano se desenvolveram de acordo com as dinâmicas postas em curso pelos governantes e pela ideologia dominante. Na visão marxista da história da Idade Média o campo é o *locus* da história; já na história moderna é a urbanização da zona rural, e não a ruralização da cidade que é foco da questão da produção do espaço urbano. Lojkine (1981, p. 121) lembra que para o marxismo é a separação entre cidade e campo a base da divisão do trabalho.

A partir da Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra, a mudança havida no processo de produção industrial mudou a forma de produção do espaço. Primeiramente a atratividade gerada pela oferta de empregos nos meios urbanos advindos pela introdução do mecanismo da compra da mão de obra em substituição ao trabalho servil, alavancou a primeira grande migração do campo para a cidade de importantes contingentes de pessoas, para o que contou muito também o cercamento dos campos comunais. Em segundo lugar, a alocação de recursos financeiros nos lugares onde a nova sistemática de produção se dava fez com que a cidade fosse se consolidando como polo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, inclusive no que concerne ao capital financeiro, não apenas ao capital industrial. A cidade é o lugar onde ocorre a produção da riqueza por meio da concentração da força de trabalho e do capital.

Lefebvre (1972, p. 52) descreve bem o desenvolvimento da cidade inglesa a partir da adoção dos novos métodos de produção industrial capitalista. Na cidade da Idade Média havia dinheiro, mercadoria e mercados e, portanto, capital, mas ainda não era o capitalismo, pois que a ocorrência desses fatores era ainda espontânea e natural, no entender de Marx e Engels.

Era apenas capital natural, pois as ferramentas, a habitação, a clientela passavam de pai para filho, não havia em seu bojo a produção da mais valia. Lefebvre (1972) tece elucidativas considerações sobre a cidade capitalista afirmando que a cidade é o sujeito da história por apresentar as seguintes características: o campo é dispersão e isolamento, a cidade é “concentração de população e dos instrumentos de produção, do capital, das necessidades, das fruições, logo tudo o que faz com que uma sociedade seja uma sociedade”. Cabe à cidade a produção do trabalho intelectual, incluindo as funções de administrar e comandar e é na cidade que se “produzem obras, incluindo o que dá sentido à produção: necessidades e satisfações” além de ser onde se produzem e se trocam os bens que se consomem.

Adotando critérios de análise a partir da crítica que chama de paradigmas sempre utilizados pelos estudiosos da sociologia urbana, Gottdiener (2010) entende que não necessariamente o processo de evolução da cidade se dá em função do modo de produção capitalista. O autor afirma que, a partir da Segunda Guerra mundial o que ocorreu foi uma expansão urbana para além dos centros históricos das cidades. Mas isso não se deu necessariamente em função da evolução da produção capitalista, mas por questões também de outra natureza.

Afirma ele que o “espaço é uma construção social em todas as suas dimensões”, e que “a transformação da sociedade deve ser feita através de uma criação consciente de novas relações sócio-espaciais que vinculem a transformação da obra à transformação da vida da comunidade.” (GOTTDIENER, 2010, p. 28).

Para Harvey o crescimento suburbano e a decadência da cidade central estão ligados diretamente aos incentivos e à facilidade de financiamento para a aquisição da casa própria em locais fora do centro. Uma das afirmações de Harvey é significativa no tocante à atuação do Estado na acumulação, de que não seria certo dizer que o Estado somente em décadas recentes vem agindo como fomentador do desenvolvimento do capital. “Ele (Estado) sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia.” (HARVEY, 2006, p.79)

Certo é que a urbanização é um elemento chave nas relações de produção, como afirma Lojkin (1981, p.122), pois não é somente nas atividades das quais se extrai mais-valia que se pode considerar como atividade produtiva. Sem querer entrar no terreno da divisão social do trabalho e do próprio processo de produção da mais-valia, seja a absoluta ou a relativa, já que demandaria esforço extra à limitação do aqui proposto, é mister dizer que ao modo de produção capitalista interessa a concentração, ou aglomeração, de massas trabalhadoras ao redor dos locais de produção a fim de constituir o ‘exército industrial de

reserva'. Como a produção sempre procurou estar perto de recursos naturais e dos meios de deslocamento da mercadoria como estradas de ferro, além dos centros de consumo, as cidades acabaram sendo esse lugar onde se aglomerou mão de obra, meios de produção e o mercado de consumo.

Para o processo de acumulação capitalista três fatores ligados ao espaço são de suma importância: um excedente de mão de obra, como já visto, chamado de exército industrial de reserva, a existência de meios de produção em quantidade suficiente incluindo a estrutura física e o mercado consumidor que possa absorver as mercadorias produzidas. (HARVEY, 2006, p. 44-45).

No aspecto da estrutura, há interesse em especial neste trabalho na infraestrutura de transportes, não os meios de escoamento e transferência de mercadorias do lugar de produção a outros lugares ou cidades onde serão consumidas, mas no que diz respeito ao transporte da população em geral e à circulação interna das pessoas na cidade.

Na cidade de São Paulo, aponta Levy, Evelyn (1985, p. 34), a ação do Estado refletia a preocupação com três campos de interesse: a circulação interna, a salubridade e o embelezamento, uma vez que os urbanistas até a década de 20 ainda não pareciam sensibilizados com a escala de crescimento registrada na cidade com a nascente industrialização, como aparece no Plano de Avenidas de Prestes Maia, em 1930.

O deslocamento dos trabalhadores que geram a acumulação do capital dentro da cidade é fundamental para o aumento dessa acumulação e até da extração da mais-valia relativa. Quanto mais tempo o trabalhador gastar para ir e voltar do trabalho até sua casa, maior terá sido o tempo em que ele não estará produzindo capital, nem mais-valia. Assim, investimentos maciços na infraestrutura de transportes são necessários para que a produção e acumulação de capital possa se dar para o funcionamento adequado do sistema produtivo, inclusive quanto ao descanso do trabalhador, permitindo-o trabalhar de forma intensa durante a próxima jornada.

Em palestra de David Harvey em novembro de 2013 no Rio de Janeiro onde promoveu o lançamento em português de seu novo livro “Os limites do capital”, ele teceu comentários que se coadunam muito bem com os pensamentos aqui expressos. Segue o trecho de maior relevância ao trabalho:

“O interesse que o capital tem na construção da cidade é semelhante à lógica de uma empresa que visa ao lucro. Isso foi um aspecto importante no surgimento do capitalismo. E continua a ser. Após a Segunda Guerra, por exemplo, os Estados Unidos construíram os subúrbios de uma maneira muito rentável.

“Essa é a grande briga, porque enquanto o capitalismo quer desempoderar pessoas, a fim de reproduzir a si próprio, elas querem verbas para outras coisas. O grande problema é que a tendência é a dominação do capital sobre o poder político nas cidades.

“O capitalismo depende de uma dinâmica maior. Mas precisamos redefinir coisas. Moradia não pode ser vista como *commodity*. A questão central é descobrir se você quer uma cidade para as pessoas ou para o lucro. Para construir uma cidade diferente, é preciso ser anticapitalista. Não há outra forma” (HARVEY, 2013).

Voltando às condições relativas ao excedente de mão de obra disponível, a infraestrutura em expansão e o mercado consumidor acabam por se encontrar na cidade, aumentando os problemas urbanos. A somatória desses fatores gera a carência de moradia, insuficiência de infraestrutura e transtornos à vida cotidiana pela convergência de demanda crescente.

Harvey destaca que Marx não vê o Estado como um “reflexo automático do crescimento das relações sociais capitalistas”, nem tampouco como um elemento passivo da história (HARVEY, 2006, p. 91). A acumulação primitiva de capital contou com a força estatal especialmente para a consolidação da divisão social do trabalho, para a qual leis foram criadas e impostas pelo Estado muitas vezes de forma severa. No quesito circulação de capital, a ação estatal tem fundamental importância, já que pode propiciar o aumento da velocidade de circulação tanto das mercadorias acabadas, como dos insumos e da mão de obra. É a busca constante da superação das barreiras físicas visando a “anulação do espaço pelo tempo” (HARVEY, 2006, p. 145). Afirma ainda esse autor que a capacidade tanto do capital como da força de trabalho de “se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infraestruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis.” (HARVEY, 2006, p. 149).

Dessa forma o Estado tem papel decisivo na circulação de mercadorias e de mão de obra, o que gera extração de mais valia em volume mais condizente para as necessidades do sistema capitalista, como também a necessidade de se ter excesso de mão de obra à disposição e seu consequente aumento populacional.

A cidade industrial experimentou um crescimento populacional que não era comumente visto até então. Desse crescimento advieram os vários problemas que são tão conhecidos, como a falta de moradia, problemas de higiene, carência de abastecimento de água e tantos outros que ainda hoje persistem nas grandes cidades.

Discorre Samuel Jaramillo que

“quando as aglomerações urbanas ultrapassam certa magnitude, começam a ter importância atividades que de outra maneira não teriam porque tê-la: o transporte e

as comunicações intra-urbanas, a eliminação dos dejetos, a regulação do tráfego, o controle da contaminação etc. Mas para que essas aglomerações cumpram efetivamente os papéis de potencializar a acumulação capitalista, são necessários valores de uso adicionais, provimento de energia de uso industrial e doméstico, água potável, espaço construído para moradia e outros usos, educação, áreas de recreação, segurança, serviços de saúde etc.” (JARAMILLO, 1986, p.25)

O crescimento das cidades se deu de modo vertiginoso, em números talvez não imaginados pelos planejadores. Em 1950, havia 86 cidades no mundo com mais de 1 milhão de habitantes; em 2011 eram 400, e em 2015 serão pelo menos 550, segundo Davis (2011, p. 13).

Com esse crescente aumento populacional, os problemas urbanos se multiplicam sem que se apresentem soluções razoáveis para fazer frente às carências múltiplas existentes nas cidades. Tentativas são feitas aqui e acolá, mas sem representarem soluções. Davis chama atenção para a existência cada vez em maior escala das chamadas *dekasotas*, ‘aldeias-cidades’, sobre as quais discutem-se se são apenas situações passageiras do uso do solo ou se indicam uma nova espécie de urbanismo dentro do processo de conurbação, mas em faixa de terra híbrida entre o rural e o urbano, como ocorre em Jabotabek, região de Jacarta, na Indonésia. Ele cita o arquiteto alemão Thomas Sieverts que propõe assentamentos numa forma nem rural, nem urbana, mas no que seria uma fusão das duas e a chama de *Zwischenstadt* (‘a cidade intermediária’) (DAVIS, 2011, p. 20).

As ‘novas ideias’ são comumente vistas no estudo das cidades desde há muito.

Vários ‘modelos’ no pré-urbanismo do século XIX foram pensados, mas dois são os principais. O modelo Progressista, que tinha entre seus principais pensadores Owen, Fourier, Richardson, Cabet e Proudhon, para os quais a revolução industrial é o acontecimento-chave que trará o homem do futuro e o bem estar. O espaço para esses pensadores deve ser aberto e amplo e pleno de vazios e de verde, priorizando a higiene. Richardson projetou a cidade de Hygeia, a que teria o mais baixo coeficiente possível de mortalidade. Proudhon afirmou que seria preciso transformar a França ““num vasto jardim, mesclado de pequenos bosques””. Além dessa preocupação com a higiene e as condições de salubridade, o urbanismo progressista ainda pensava a cidade segundo as funções humanas, partindo para a ideia da instalação em locais distintos a moradia, o trabalho, o lazer e a cultura. Robert Owen projetou New Lanark, na Escócia, em 1815, como uma instituição pioneira na ideia dos assentamentos industriais integrados. Mas a mais expressiva dessas cidades foi a de Charles Fourier, de 1829. No livro “Le Nouveau monde industriel et societaire” a sociedade era livre, não-repressiva e dependeria do estabelecimento de comunidades ideais, ou ‘falanges’, alojadas em

‘falanstérios’, “onde os homens se relacionariam de acordo com princípio fisiológico fourieiano da ‘atração passional” (FRAMPTON, 2012, p. 15). Segundo Albornoz:

“De modo único, através de uma linguagem excêntrica, Fourier propõe a organização do trabalho em séries passionais, em consideração dos talentos individuais e das paixões, sugerindo a educação das crianças através do trabalho atraente e variado. Sua teoria das paixões como base natural da dinâmica econômica e social permanece ainda um desafio para as ciências humanas, a filosofia e as práticas sociais.” (ALBORNOS, 2007) .

O modelo ‘culturalista’ de Willian Morris e Ruskin e mais tarde de Ebenezer Howard, o pai da cidade-jardim, preceitua que o “‘indivíduo não é uma unidade intermutável como no modelo progressista, mas cada membro da comunidade constitui um elemento insubstituível nela.” (CHOAY, 1979, p. 11). Para eles o que passa a interessar no urbanismo é o agrupamento humano, sendo o indivíduo apenas uma parte dentro do todo, dentro da coletividade. Na questão estética. ao contrário de outras correntes os culturalistas defendem que não devam existir protótipos nem padrões arquitetônicos, exatamente para que cada construção possa ser diferente da outra e assim expressar a ideia do conjunto da coletividade. Devem prevalecer os prédios comunitários em lugar dos individuais, com arquitetura simples, sem suntuosidades nem requintes, formando um conjunto rico em seu todo, mostrando que o caráter coletivo é mais belo do que o individual.

Fugindo aos modelos, Marx e Engels apresentaram o que se chamou de “crítica sem modelo”, para os quais a cidade é onde nasce o “‘proletariado industrial ao qual vai caber principalmente a tarefa de executar a revolução socialista e de realizar o homem universal””. (CHOAY, 1979, p. 15). Para eles a cidade é apenas o aspecto particular de um problema geral e sua forma futura está ligada ao advento da sociedade sem classes. Posteriormente a eles o anarquista Kropotkin vai fazer a crítica ao ‘urbanismo sem modelos’, já que ‘regulamentar, procurar prever tudo e organizar tudo seria simplesmente criminoso’. A cidade que se baseie em programas ou planos pré concebidos representará sempre o ideal burguês que não corresponde aos ideais revolucionários da classe proletária.

Apesar do esboço dessas ideias, nenhum desses últimos pensadores traçou linhas detalhadas sobre a cidade e seu futuro em termos urbanísticos e arquitetônicos, ultrapassando a linha das questões políticas, sociológicas e econômicas. Engels, por exemplo, em *La Question du logement* se atém no alojamento para a classe trabalhadora propriamente dito, fazendo crítica severa aos conjuntos então existentes, classificando-os de ‘pavorosos’, mas não oferece um delinear mais aprofundado da questão sob o ponto de vista urbano (CHOAY, 1979, p. 16).

Na fase do urbanismo propriamente dito, no século XX, os arquitetos tomaram o lugar dos pensadores da cidade, os novos modelos são criados ou recriados, como o progressista, o culturalista e o naturalista. No novo modelo progressista, destaca-se o arquiteto Tony Garnier a partir de sua obra de 1917, *La cite industrielle*, que deu início à fase do urbanismo que posteriormente teria como principal destaque o arquiteto Le Corbusier e o pensamento cristalizado nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAM, cujas ideias fundamentais estão expostas em capítulo posterior. Apenas é oportuno frisar que a Carta de Atenas expunha que a cidade na nova sociedade, para atender ao home-tipo, tinha que o permitir exercer as quatro necessidades humanas universais resumidas em quatro funções básicas: habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito. Os CIAM afirmaram que a arquitetura estava inevitavelmente sujeita às necessidades mais amplas da política e da economia e dependeria não mais do trabalho artesanal, mas da adoção de métodos racionais de produção (FRAMPTON, 2012, p. 331).

Mas os CIAM também tiveram seus dissidentes e após o CIAM IX um grupo liderado por Aldo van Eyck e Peter Smithson passou a questionar aquelas quatro categorias funcionalistas da Carta de Atenas e começou a pesquisar os princípios estruturais do desenvolvimento urbano. Redigiram um documento contundente em que afirmavam que

“o homem pode identificar-se de imediato com seu próprio lar, mas não se identifica facilmente com a cidade em que está situado. ‘Pertencer’ é uma necessidade emocional básica – suas associações são da ordem mais simples. Do ‘pertencer’ – identidade – provém o sentido enriquecedor da urbanidade. A ruazinha estreita da favela funciona muito bem exatamente onde fracassa com frequência o redesenvolvimento espaçoso.” (FRAMPTON, 2012, p.330)

Os CIAM realizaram depois disso aquele que viria a ser o último encontro daquele grupo, o CIAM X, em 1956 na cidade de Dubrovnik, como se verá mais adiante nesse trabalho. Aliás, curiosamente o grupo se intitulava desde o início de Team X.

Voltando à questão da cidade como lugar de produção, Lojkine (1981) desenvolve seu raciocínio referindo-se a Marx afirmando que

“A cooperação permite aumentar o espaço no qual o trabalho se estende (...) Por outro lado, sempre desenvolvendo a escala da produção, ela permite estreitar o espaço onde o processo de trabalho se executa. Esse duplo efeito, poderosa alavanca que elimina falsas despesas, só é possível pela aglomeração dos trabalhadores, pela aproximação de operações diversas mas conexas, e pela concentração dos meios de produção.

‘Longe de reduzir-se à concentração dos meios de produção, a cooperação desenvolvida estende-se, portanto, à aglomeração dos trabalhadores e à

aproximação de operações diversas, isto é, de fases distintas do processo de produção.

‘Sendo assim, a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades – em outras palavras a cidade – não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista: não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção – das quais a urbanização é componente essencial.’ (LOJKINE, 1981, p. 137).

A urbanização é, portanto, resultado das atividades produtivas e da socialização do homem, seja em que sistema econômico estiver vivendo. A cidade, de qualquer forma, não nasceu com o maquinismo nem adquiriu suas características a partir da introdução do modo de produção capitalista. Pereira (2008) afirma que a existência das cidades é um fenômeno muito mais antigo do que se imagina, sendo que na era neolítica já teria havido uma das primeiras cidades, de Çatal Huyuk, no planalto da Anatólia (atual Turquia), no ano 6500 AC. Aliás, Davis (2011, p.29) faz referência a essa mesma cidade ao dizer que “o bilhão de habitantes urbanos que moram nas favelas pós-modernas podem mesmo olhar com inveja as ruínas das robustas casas de barro de Çatal Hüyük, na Anatólia, construídas no alvorecer da vida urbana há 9 mil anos”. Davis ainda afirma que o preço da nova ordem urbana mundial será a desigualdade cada vez maior, tanto dentro das cidades de diferentes tamanhos e especializações econômicas quanto entre elas. (DAVIS, 2011, p.18)

Nos tempos atuais o que ocorre reiteradamente nas cidades, isso sim fruto do modo de produção capitalista, é uma dissociação entre duas cidades, como afirma Villaça, a dos mais ricos e a dos mais pobres e excluídos. Essas duas cidades, segundo o autor, estão produzindo, inclusive, dois centros distintos: o que chama de ‘centro velho’, que é o centro tradicional, outrora dos mais ricos, mas hoje tomado pelas camadas populares; e o ‘centro novo’, dos mais ricos. (VILLAÇA, 2007, p. 311).

De qualquer maneira, seja por uma razão ou outra, seja resultado da aplicação das ideias de uma escola arquitetônica ou outra, o fato é que as cidades sempre contiveram espaços públicos de convívio e sociabilidade. Comumente esses espaços se consolidaram nos pontos mais elevados da morfologia urbana, até porque muitas vezes era exatamente nele que se construía os templos religiosos de forma que a torre fosse visível a longa distância. Em frente a essas construções deixavam-se áreas vazias justamente para permitir que o templo fosse visto sem que nenhuma barreira física atrapalhasse.

Essas áreas se consolidar como espaços de convívio, e existentes não apenas em lugares próximos aos templos religiosos mas em muitos outros cantos da cidade, para onde as

peessoas afluíam em busca de encontros, de visibilidade, de conversas, de trocas, para compra de insumos e para todo o tipo de atividade humana. As praças, assim, se tornaram lugares indispensáveis à convivência social, e tem esse papel até hoje preservado, ainda que atualmente muitas delas estejam em espaços privados de centros comerciais, mas continuam a cumprir a função de propiciar encontros entre as pessoas.

2.1 A PRAÇA: UM LUGAR DE ENCONTRO

Como afirmamos a praça em sentido geral é o lugar de encontro para desenvolvimento das atividades sociais. As cidades desde a Antiguidade têm suas praças e são, via de regra, o ponto central da cidade, para onde afluem as pessoas e a própria vida urbana.

Na Grécia havia as ágoras onde as pessoas se reuniam, discutiam política, onde viam e eram vistas, onde ocorria venda de mercadorias. Eram a maior expressão da esfera pública e se consolidavam na medida em que iam sendo construídos ao seu redor prédios públicos como tribunais, cadeias, sedes de poderes públicos e igrejas. A necessidade de ver e de ser visto, de fazer amigos, de se informar sobre o que ocorre na comunidade faz as pessoas irem aos locais públicos. Ariès e Duby (1991, p.466) dizem que “a amizade é algo a mais e só pode se afirmar fora da família.” A escola, o exército, a igreja, os clubes literários e as praças são os locais que propiciam esse tipo de relação e interação humana. Dizem ainda os autores que isso permite que pessoas diferentes se conheçam, rompendo com a estrutura antiga de que apenas as aproximações promovidas pela família e seus intrínsecos interesses é que se constituíam na sociedade.

Romero (2009) relata que as praças foram se consolidando na medida em que prédios destinados aos serviços públicos eram construídos. Afirma o autor que “com tudo isso, a praça começou a ser o centro de comunicação social da cidade.” (ROMERO, 2009, p. 135)

Estar, ver e ser visto, conversar, trocar, ouvir, falar, refletir, tocar, apreciar, pensar, ler, se informar, relaxar, contemplar, andar, parar, criticar, olhar, podem ser tidas como funções vitais ao homem, sem as quais não há vida em sociedade, sem o que ele se transforma num eremita.

Considerando-se isso como verdade, ainda que relativa, o homem precisa do espaço físico onde essas funções poderiam se dar, pois que não será no éter que elas ocorrerão. E o

espaço físico são as ruas, praças, bosques, parques, calçadas, adros e que tais, todos os que permitem ao homem desempenhar essas funções, ou parte delas.

Há no urbanismo as mais variadas posições a respeito dessa afirmação, escolas de pensamento se consolidaram e tem, cada qual, seus motivos para desenvolverem seus pontos de vista. O homem se relacionou com seus espaços das formas mais variadas possíveis. Da demonstração do poder às relações românticas, da fé ao carisma, da reflexão ao comércio, todas as manifestações foram refletidas num determinado contexto espacial.

Nas várias escolas de urbanismo que se desenvolveram ao longo dos tempos e nas várias partes do mundo, algumas se destacaram e merecem alguns apontamentos ainda que iniciais, uma vez que esse não é o objeto do presente estudo. Mas se faz necessário para contextualizar o tema.

Importantes arquitetos consubstanciaram em si algumas dessas teorias e estilos, como Frank Lloyd Wright e Alvar Aalto e o organicismo, Camille Sitte e seu urbanismo culturalista, Le Corbusier, Tony Garnier, Walter Gropius e Niemeyer e a arquitetura racionalista, Mies Van der Rohe e o purismo, o gótico iniciado pela Basílica de Saint Denis, o Barroco de Portugal para Minas Gerais, o Bizantino da Basílica de Santa Sofia em Constantinopla projetada por Anthemius de Tralles e Isidoro de Mileto, o Clássico e o Neoclássico, a Bauhaus de Gropius, o Art Nouveau da França para o mundo, enfim, um sem número de estilos e escolas.

Nas discussões acerca do papel da arquitetura na sociedade muitas correntes de pensamento também se formaram, mas é unânime que os desenhos que saem das pranchetas e telas de computadores e vão para as ruas e a para a vida das pessoas as afetam diretamente, interferem na sociedade e articulam o momento histórico.

Artigas (1981) escreve ainda que “a obra dos arquitetos exprime ideologicamente o pensamento da classe dominante – a burguesia.” (ARTIGAS, 1981, p. 63). O fato é que o arquiteto que faz obras públicas atende, via de regra, às determinações políticas que lhe são impostas. As obras da Praça da Sé são um claro exemplo disso.

Das escolas que influenciaram a arquitetura brasileira, a escola clássica com suas vertentes teve muita importância, a barroca marcou uma época na história do país, mas a modernista foi a que definiu o padrão da arquitetura brasileira. Os irmãos Roberto, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, João Batista Vilanova Artigas e mais recentemente Paulo Mendes da Rocha, ganhador de uma edição do Prêmio Pulitzer de Arquitetura (único brasileiro contemplado até hoje), desenharam a história da arquitetura do país segundo os princípios da escola modernista de Le Corbusier e tantos outros.

O Modernismo passou a ganhar corpo com a realização dos CIAM, os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.

Em 1928 foi realizado o Primeiro CIAM, no Castelo La Sarraz, na Suíça. ‘Morar, trabalhar, recrear’ são as três funções fundamentais do homem, conforme exposto na declaração final do encontro, chamada de Declaração de La Sarraz. Esses Congressos se sucederam ano após ano, até chegar ao décimo e último, o CIAM X, realizado em 1956 na cidade croata de Dubrovnik, com grandes contradições internas e disputas por destaque individual.

Inspirados pelas ideias então tidas como revolucionárias de Charles Edoard Jeanneret, o arquiteto franco-suíço Le Corbusier, o urbanismo moderno partia do pressuposto de que o homem tinha o direito de viver em um espaço físico que contivesse o sentido da plena liberdade em seu bojo. Assim, o edifício não deveria ser construído apoiado no chão e sim a partir de pilastras que colocavam o primeiro piso acima da altura de um homem. Isso por um motivo muito simples, mas de extrema importância para aqueles ideólogos: a visão, o olhar do ser humano não seria mais interrompido por barreiras físicas como as paredes. Por baixo do primeiro pavimento era possível continuar vislumbrando o horizonte, a linha de fuga, o posterior, o encontro da terra com o céu. Essa possibilidade visual por si só daria ao homem a sensação de liberdade, de poder continuar olhando o mundo sem se deparar com uma “empena cega” à sua frente, que o impediria de ver além daquele muro.

Le Corbusier criou o Modulor (Figura 2), que é unidade de medida utilizada por ele para a mensuração de espaços de habitação. Para ele o Modulor era a chave mestra para uma Nova Arquitetura, e ele a adotou no projeto do conjunto habitacional de Marseille. Constituía uma unidade que levava em consideração a escala humana, e não apenas as unidades até então utilizadas. Hoje o Modulor pode ser considerado como algo óbvio, mas quando de sua criação foi mesmo inovador e alterou a forma de se projetar unidades habitacionais. A arquitetura mundial atual adota um padrão para habitações reduzidas conhecidas como ‘padrão japonês’, que são moradias destinadas a uma só pessoa e tem área de apenas 17 m². Certamente, o Modulor foi usado para esse dimensionamento da moradia mínima

Figura 2 - MODULOR (Módulo de ouro)

Fonte: BENEVOLO, 1976, p.119

Essas ideias só se tornaram possíveis graças ao desenvolvimento da técnica. Antes do Movimento Moderno não haviam sido disseminadas as técnicas construtivas que permitiam edificar um prédio sem que ele partisse do chão. Não tinha ainda sido descoberto o concreto armado, técnica que utiliza argamassa de cimento, areia e pedra envolvendo barras de aço. O concreto em si cumpre a função da compressão suportando o peso da construção e o aço tem o papel de tração e torção, permitindo que sejam vencidos vãos suspensos sem que se apoiem totalmente no chão. Com isso os arquitetos puderam começar a utilizar melhor sua criatividade e levantaram as construções do chão. Antes do surgimento do concreto armado as construções eram feitas de pedras ou mais para frente de tijolos, mas eram colocados a partir de seu apoio diretamente no solo. Dessa forma as edificações tinham aspecto extremamente pesado – e eram mesmo – já que sem espaços de visualização por debaixo dos pisos e das paredes grossas necessárias para suportar o peso dos materiais construtivos.

Figura 3- CONSTRUÇÃO EM TIJOLOS

Fonte: Lemos, 1979, p. 57

Nessa figura 3 veem-se ruínas de uma casa jesuíta do século XVIII, em São Miguel dos Sete Povos, RS. Edificação típica utilizando técnica de tijolos na totalidade da construção, quando ainda não havia o concreto armado. As paredes partiam do chão e tinham que ser grossas para suportar o peso; os arcos igualmente usavam apenas tijolos, que os artesãos construtores conseguiam fazer abóbodas perfeitas, que se autossustentavam.

A utilização do ferro e do vidro na construção civil data de séculos, mas foi a partir da Revolução Industrial que esses materiais passaram a ter papel primordial na evolução das técnicas construtivas. O ferro antes disso era utilizado mais como um material secundário, que servia, por exemplo, para unir as pedras usadas na construção. Em 1786 Victor Louis conseguiu colocar o ferro como estrutura para a cobertura do Théâtre Français de Bordeaux, mas se tratava de uma cobertura leve, embora isso não tire o pioneirismo dele no uso do ferro para essa função.

Na Inglaterra, todavia, é que se deram os passos decisivos para aumentar a produção e a utilização do ferro na construção. Até então o ferro era resultado da fundição do minério de ferro com carvão vegetal. Passou a ser fundido com coque em lugar do carvão vegetal, e assim nasceu a gusa, que viria a ser a matéria prima do ferro fundido e do aço. Pontes passaram a ser construídas utilizando o ferro fundido em larga escala, permitindo vãos muito maiores do que os até então existentes. O escritor Tom Paine desenhou uma ponte de ferro sobre o Rio Schuylkill, em 1786, cujos módulos da obra foram fundidos e expostos ao público, tamanha novidade (BENEVOLO, 1976, p. 46). Inúmeras pontes foram construídas a partir de então, disseminando a importância do ferro e a revolução que ele representou para o avanço das técnicas construtivas.

Figura 4 – PONTE IRONBRIDGE

Fonte: Stock/Lance Bellers/Dreamstime.com. Disponível em pt.dreamstime.com/fotos-de-stock-ironbridge-image7609753. Acesso em: 26 dez. 2013.

Com isso o ferro fundido e logo após o aço passou a ser utilizado também na construção de edifícios, na estrutura em colunas e vigas de sustentação, possibilitando que vãos maiores fossem edificados e com isso mais aberturas para o exterior e uma arquitetura de maior leveza, como foi o caso da primeira ponte de ferro fundido construída no mundo, a Ironbridge, de 1779, na cidade de Shropshire, Inglaterra (Figura 4).

Com o vidro ocorreu desenvolvimento semelhante, já que sua indústria conseguiu em 1806 produzir vidro em lâminas de 2,50 x 1,70. Foi a partir daí que seu uso foi disseminado, e o vidro passou a possibilitar a construção de cúpulas e telhados nos mais variados tipos de

edifícios, como estações ferroviárias, palácios, estufas e até vitrines. E passam a ser colocados também para vedação de janelas, em substituição ao papel oleado, usado até então. (BENEVOLO, 1976, p. 50). Na casa no Conjunto da Pampulha, Belo Horizonte, MG, projeto de Oscar Niemeyer de 1942, (Figura 5) por exemplo, a utilização do concreto armado permitiu que a construção partisse não do chão mas de pilastras, deixando um vão livre no térreo. Além disso grandes lajes e generosas aberturas para o exterior com grande quantidade de vidros, dando sensação de amplitude e liberdade.

Figura 5- CASA DA PAMPULHA

Fonte: Lemos, 1979, p. 143

Além dessa liberdade garantida pelo olhar de poder ver o distante e o depois, havia ainda a construção de espaços públicos embaixo dos prédios levantados do chão. As crianças teriam lugar para brincar no mesmo terreno onde seus pais moravam, as pessoas daquele prédio poderiam se encontrar ali e se relacionarem umas com as outras, poder-se-ia montar locais pontuais para desenvolvimento de atividades artísticas e culturais lúdicas.

A ideia do movimento moderno de levantar a casa do chão teve tamanha importância que Le Corbusier escreveu em documento datado de 1926 o seguinte texto:

“Os ‘pilotis’

‘Pesquisas assíduas e obstinadas levaram a resultados parciais que podem ser considerados como provas de laboratório. Estes resultados abrem novas perspectivas para a arquitetura, e estas se oferecem à urbanística, que ali pode encontrar os meios para resolver a grande doença das cidades atuais.

‘A casa sobre pilotis! A casa se aprofundava no terreno: locais escuros e frequentemente unidos. O concreto armado torna possível os pilotis. A casa fica no

ar, longe do terreno; o jardim passa sob a casa, o jardim também está sobre a casa, no teto.

A planta livre

‘Até então: paredes de sustentação: Partindo do subsolo, sobrepõem-se formando o andar térreo e os outros andares, até o teto. A planta se torna escrava das paredes de sustentação. O concreto armado traz, para a casa, a planta livre! Os andares não precisam mais ser encaixados uns sobre os outros. Estão livres. Grande economia de volume construído, utilização rigorosa de cada centímetro. Grande economia de dinheiro. Cômoda racionalidade da nova planta!

A ‘fenetre em longueur’

‘A janela é um dos elementos essenciais da casa. O progresso traz uma libertação. O concreto armado revoluciona a história da janela. As janelas podem correr de um lado a outro da fachada. A janela é o elemento mecânico-tipo da casa; para todos os nossos alojamentos unifamiliares, as nossas casas, nossas casas operárias, nossos edifícios de aluguel...’ (BENEVOLO, 1976, p. 431-434)

Figura 6 - VILLE SOVOYE

Fonte: Larissa Franco Peres e Fernando Gobbo Ferreira. Disponível em <<http://comover-arq.blogspot.com.br/2011/03/habitacao-12-3-casas-antigas.html>>. Acesso em : jun. 2013

Seu projeto para a Casa de Ville Savoye, na cidade de Possy, França, em 1928 (Figura 6) mostra com clareza a construção elevada do chão sobre pilotis, os grandes vãos de janelas, a ideia de integração entre o térreo e o externo, elementos preconizados pelo arquiteto e utilizados nessa obra. É um projeto típico da arquitetura racionalista.

Como visto, os pilotis representaram verdadeira revolução para o movimento moderno. E ainda merece destaque entre as ideias de Corbusier o ‘teto jardim’, preconizando ele que se aproveitasse o teto das casas, agora planos graças ao concreto armado, para se plantar um jardim de forma a permitir seu uso pelos moradores da casa e melhorar consideravelmente a temperatura interna da edificação. Curiosamente, a ideia do teto jardim hoje é vista como uma

das mais inovadoras formas de ‘sustentabilidade ecológica’ a ser utilizada nos projetos arquitetônicos atuais, e tem ganhado enorme destaque na mídia como sendo a grande ideia do momento. Le Corbusier lançou isso na década de 1930.

No tocante à construção das cidades, igualmente a Revolução Industrial gerou profunda transformação, já que a Inglaterra passou de um país essencialmente agrícola para um país em que a população urbana cresceu vertiginosamente, graças à indústria têxtil e à siderurgia especialmente. Benevolo informa a existência de cálculos que indicam que um quinto da população inglesa vivia na cidade enquanto quatro quintos no campo, no início da revolução Industrial; e já em 1830 a população se dividia em metade na cidade, metade no campo. (BENEVOLO, 1976, p.70)

Esse afluxo de contingente populacional para a cidade levou também ao surgimento de inúmeros novos problemas então inexistentes, como a carência habitacional, falta de higiene, abastecimento alimentar e de água e todos os outros correlatos. Novas leis começaram a ser aprovadas a fim de regular o crescimento urbano, em especial leis sanitárias e é nesse momento que surge o urbanismo moderno, entre os anos de 1830 e 1850.

Adventos políticos definiram mudanças significativas no urbanismo com a ascensão ao poder de figuras como Napoleão e Bismarck na França e Alemanha, respectivamente. Autoritários que eram entendiam que o Estado tinha que ter o controle direto da maior parte dos setores econômicos, dentro dos quais estavam as obras urbanas. Foi nesse contexto que ganhou destaque o Barão Haussmann, guindado a principal agente da grande reforma urbana de Paris. Realizar obras imponentes era sua principal função, pois com elas viriam, segundo Napoleão, o respeito do povo e a ordem pública. Aliás, vale o comentário, *en passant*, de que a reforma da Praça da Sé atendia exatamente a esses dois preceitos, como visto anteriormente.

Fugiria ao objeto do presente estudo discorrer sobre o Plano Haussmann, mas querendo ou não, a Paris do século XIX tornou-se a mais importante cidade em termos de estética e urbanismo. Influenciou inúmeras cidades ao redor do mundo que adotaram suas ideias e também fizeram grandes intervenções urbanas, como Bruxelas, Cidade do México, Estocolmo, várias italianas como Roma, Bolonha, Nápoles e Turim e até mesmo Barcelona com o plano de Cerdà, além de outras cidades francesas.

Quanto ao urbanismo propriamente dito, os modernistas defendiam a ideia de uma cidade compartimentada em setores de atividades. Isso para que houvesse maior racionalidade no uso dos espaços urbanos e da infraestrutura. Assim, deveria haver setorização da cidade, destinando-se espaços próprios para o comércio, serviços, indústria, residência, uso institucional e assim por diante. Essa compartimentação poderia se dar de uma só vez em uma

cidade de menor porte ou ser repetida em vários locais numa cidade maior. O homem teria assim perto de sua moradia a lavanderia, o sapateiro, o açougue e o mercado, a farmácia, a escola dos filhos, o dentista, o médico etc, tudo ao redor de sua habitação, permitindo um uso racional dos espaços urbanos. Por isso mesmo o urbanismo moderno é também chamado de Movimento Racionalista.

O sistema de transportes seria feito prioritariamente pelo transporte público, especialmente em vias de alta velocidade que permitissem o deslocamento em curto período de tempo. Por isso as cidades baseadas na concepção racionalista deveriam apresentar grandes e rápidas vias, quase sem cruzamentos em nível e, portanto, sem semáforos, com pontes, viadutos e passagens subterrâneas fazendo os cruzamentos.

O Plano Piloto de Brasília (Figura 7), de autoria do arquiteto Lúcio Costa, vencedor do concurso de ideias para a nova capital, que foi rascunhado por ele numa folha de papel ofício, para que se adequasse às exigências do edital, consistia num avião visto de cima, com suas asas (que são as oficialmente denominadas hoje de Asa Sul e Asa Norte) e corpo do avião, seu eixo central, hoje o Eixo Monumental de Brasília. Ele projetou ainda o Lago Paranoá para dar umidade à cidade, de clima seco na maior parte do ano, e ele foi colocado antes da cidade em relação ao sentido dos ventos predominantes, de forma a que o vento levasse a umidade para a cidade. A planta urbanística de Brasília é característica os princípios do movimento racionalista.

Figura 7 – PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

Fonte: Rubens de Araújo. Disponível em <http://www.senado.gov.br>, Secretaria de Recursos Humanos. Acessado em jun/2013

Com a configuração setorizada, não haveria necessidade de a cidade contar com praças centrais, até porque a função de praça seria cumprida pelos aqueles espaços internos debaixo dos edifícios sobre pilotis e ao seu redor, de maneira que existiriam esses espaços de convívio a cada quadra residencial.

O fato é que, apesar da singeleza de tais ideias a cidade não se constitui dessa forma, nem poderá ser tão racional. Por mais que se planeje a cidade de maneira que seu uso seja racional e que ela se aproxime cada vez mais da ‘máquina’ idealizada por Corbusier, aos poucos ela vai assimilando as características de seus habitantes. Esquinas vão surgindo onde não era para existirem, vão aparecendo espaços no meio dos grandes gramados e vazios como pequenas praças, trilhas e recantos no meio dos grandes espaços urbanos feitos para conexão entre os vários setores.

Brasília é o exemplo mais marcante, expressivo e acabado de uma cidade construída sob os ideais do urbanismo racionalista. Ela é a mais viva expressão desse movimento.

Nessa vista aérea da cidade projetada de Lúcio Costa (abaixo, Figura 8), com suas vias de tráfego rápido, entremeadas por grandes gramados, sem esquinas, quadras setorizadas e visual sensitivo de liberdade, nota-se a presença daqueles princípios. Aqui é o Eixo Monumental onde estão os Ministérios e ao final o Congresso Nacional. A foto foi tirada do alto da Torre de Televisão, que é a outra extremidade do Eixo Monumental; as duas extremidades – Congresso Nacional e Torre de TV – representariam fontes do poder, de legislar e de informar.

Figura 8- BRASÍLIA

Fonte: Agência Brasília, foto sem autoria. Disponível em <http://www.uniaoplanetaria.org.br/nospodemosbrasil/2012/01/26/2012-ano-de-valorizacao-de-brasil/>. Acessado em jun/2013

Neste estudo, pode-se fazer um paralelo, guardadas as devidas proporções, com o ocorrido na região central de São Paulo. As intervenções físicas postas em curso pelo Estado, em especial pelo Estado autoritário do regime militar entre 1964-1985, responderam exatamente ao propósito dito por Harvey, qual seja, de que há intrínseca e objetiva relação entre o capital e o Estado que leva à execução de obras e de intervenções urbanas totalmente descoladas do ‘interesse popular’, por assim dizer. Tais intervenções visam tão somente estimular a acumulação de capital, seja pela desvalorização do local onde até aquele momento se deu a acumulação, seja pela ‘criação’ de novos locais onde essa acumulação possa se dar em maior vulto e de forma desconcentrada.

Nesse diapasão poder-se-ia supor que foi o que ocorreu na cidade de São Paulo. Primeiro, o centro do capital financeiro, comercial e industrial foi desvalorizado por vários motivos dentre os quais pela falta de investimento público em obras, infraestrutura e serviços; depois, criadas novas centralidades, justamente graças a maciços investimentos públicos em infraestrutura urbana e estímulos em forma de financiamentos estatais para a construção de

novas unidades comerciais e residenciais e, ato contínuo, para o financiamento da comercialização dessas unidades também. Sim, o mercado de incorporação imobiliária depende (e tem) o financiamento para a construção dos imóveis, e depois obtém linhas de crédito para os interessados adquirirem essas mesmas unidades construídas.

O contrato que as incorporadoras fazem com os agentes financeiros, que em proporção significativa advém do Fundo de Garantia, são de que elas oferecem a garantia de que, em curto prazo, repassarão sua dívida a outras tantas pessoas quanto são o número de unidades habitacionais ali construídas, que assumirão o passivo em seu lugar. E a própria unidade habitacional é dada em garantia, ou seja, um bem imóvel edificado, que sempre é a mais segura garantia no Direito brasileiro. Assim se constroem edifícios e mais edifícios no país. As incorporadoras conseguem financiamento, com grande participação dos bancos estatais, para comprar o terreno; ato contínuo, colocam dinheiro apenas para os projetos de arquitetura e de engenharia e para a obtenção das licenças administrativas; iniciam então as obras com a mobilização do canteiro de obras e já conseguem os recursos do financiamento para a construção inteira do empreendimento. E assinam aquele contrato se comprometendo a repassar a sua dívida para um x número de cidadãos que serão os adquirentes das unidades. A parcela que cada um desses paga inicialmente, chamada de entrada, tem a função de reembolsar o incorporador dos gastos que teve com os projetos, aprovações e mobilização do canteiro de obras. A partir de então, é tudo feito com recursos vindos dos financiamentos. Criaram-se, então, as novas centralidades urbanas na cidade, como a Avenida Paulista, a Luis Carlos Berrini e a Marginal Pinheiros.

Gottdiener apresenta o dado apontado por Harvey das ‘ondas cíclicas de Kondratieff’, segundo o qual o capital passa por crises periódicas cujo tempo é estimado em cinquenta anos. A cada onda desse ciclo haveria um desvalorização de determinado ambiente construído, e uma crescente valorização de outro, uma ‘zona de crescimento’ que representa uma nova área de investimento do capital especulativo. Transportando essa ideia para o estudo, ainda que seja mera coincidência temporal, mas o centro de São Paulo viveu seu apogeu na década de 1920, quando a Praça da Sé estava sendo objeto de importantes intervenções físicas com a construção da nova Catedral e do Palacete Santa Helena, além do fervor cultural e social que especialmente os estudantes do Largo de São Francisco traziam ao ‘triângulo’.

3 O ESPAÇO ESPECÍFICO DE ANÁLISE: A PRAÇA DA SÉ

A cidade de São Paulo está localizada nas bordas da Serra do Mar, sobre o Trópico de Capricórnio, com altitude variando entre 720 e 820 metros. Sua área regional tem cerca de 1.500 km², é caracterizada por numerosas colinas e rios. O rio Tietê corta a cidade em toda a sua extensão e tem um trecho já retificado; o Pinheiros foi transformado em canal, ligando o sistema de represas ao rio Tietê e seu curso pode ser invertido, conforme a necessidade. O núcleo histórico da cidade, que já se expandiu em todas as direções, é a colina entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, hoje canalizados.

Figura 10- PLANTA DE SETORIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Destaque para a zona pintada em amarelo, que é a zona central, onde está a Praça da Sé.

Fonte: Neide Felix. Disponível em <http://diariodajoaquina.blogspot.com.br/2010/08/cidade-de-sao-paulo.html>. Acessado em 8/nov/2013.

3.1 HISTÓRICO

A Praça da Sé, no centro de São Paulo foi desde a fundação da cidade, em 1554, ponto fundamental e referencial de evolução política, cultural, social e funcional da cidade. São Paulo começou a se esboçar num desenho urbano a partir da ligação imaginária de três vértices físicos que formam um triângulo, vértices nos quais estão construídas três igrejas: a de São Bento, a de São Gonçalo e a Catedral Metropolitana da Sé. É conhecido ainda hoje como o “Triângulo Histórico” de São Paulo. Esse triângulo era formado pelas ruas Direita de Santo Antonio (atual Rua Direita), a Rua do Rosário (depois Imperatriz e desde a República, Rua 15 de Novembro, aliás considerada como a Hipotenusa do Triângulo’) e a Rua Direita de São Bento (atual Rua São Bento).

Figura 11- PRIMEIRA PLANTA IMPERIAL DO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Fonte: Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa, em 1810 e copiada em 1841. Disponível em http://www.smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1810.jpg. Acessado em jun/2013

Figura 12- DESENHOS DA PLANTA DO CENTRO DE SÃO PAULO

O nome “Sé” vem do latim e se refere à jurisdição episcopal. A Praça da Sé teve início pelo pequeno largo ocupado pela Igreja Matriz; depois foi o Largo da Sé, o Pátio da Sé, o largo do Colégio e por fim, a atual denominação.

Havia ainda nessa colina quase plana na qual se assentou a cidade de São Paulo muros defensivos no primeiro século, localizados nos acentuados desníveis existentes ao seu redor pelos rios que os circundavam, desnível que chegava a 30 metros de altura. Os dois cursos d’água eram o Rio Tamanduateí e seu afluente o Ribeirão Anhangabaú. Esse plano escolhido pelos jesuítas para instalar o colégio era até então o alto de uma colina, de onde se avistavam as várzeas dos rios. Pela várzea do Carmo, onde estava aquela igreja, partia-se em direção à Penha, a Mogi das Cruzes e ao Vale do Paraíba. No dizer de Carlos Lemos, “a pequena São Paulo era quase uma ilha cercada de brejos e sapos por todos os lados.” (LEMOS, 1985, p.26). Aliás, a Praça do Correio chamava-se Beco dos Sapos.

Fonte: Museu
Padre Anchieta

Edição: Sidney Gonçalves Vieira
Editoração Eletrônica: Sidney Gonçalves Vieira

Figura 14- FOTOMONTAGEM DO CENTRO

Fonte: VIEIRA, 2002, p. 220

Nessa fotomontagem extraída da tese de doutorado “O Centro Vive”, de Sidney Gonçalves Vieira, vê-se o platô central da cidade rodeado pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú, onde havia os desníveis naturais que foram vencidos com a construção das pontes do Açu e do Lorena. Interessante também destacar a extensa área da Várzea do Carmo onde hoje está o Terminal de Ônibus do Parque Dom Pedro. Não é à toa que a cidade sofre tanto com inundações, pois essa várzea enorme que aparece nessa fotomontagem (na cor azul) foi extinta e em seu lugar foi colocado piso totalmente impermeabilizado, além do rio ter sido retificado. A impermeabilização do solo impede a passagem da água para o subsolo, fazendo-a correr por sobre as vias e canalizando-a para a rede de drenagem de águas pluviais, e que rapidamente atingem os rios. Isso ocorrendo na cidade inteira faz com que o nível dos rios subam com muita rapidez que extrapola sua capacidade de escoamento natural.

Além da impermeabilização do solo a retificação dos rios é outra contribuição negativa que se dá para a ocorrência de enchentes, já que aumenta a velocidade do curso do rio além da sua capacidade natural, fazendo-o chegar a jusante em volume maior do que poderia para ser absorvido, causando refluxo na águas e a consequente elevação do nível.

A partir do ‘triângulo’ a cidade se desenvolveu. Claro que mais do que uma questão geométrica, tais vértices se consolidaram por estarem nos pontos mais elevados da colina em que se assentou a cidade. Além disso, o ‘triângulo e seus arredores foi definido pelos memorialistas como símbolo mais importante da cidade no limiar do século XX. Era considerado “como o ponto de concentração e irradiação de tudo que São Paulo tem de mais moderno – em termos de comércio, moda, sociabilidade, lazer e melhorias urbanas”. (BREFE, 1993, p.61)

São Paulo era um ponto de convergência física de caminhos das tropas. Em 1911 Pierre Denis escrevera que

“nesse ponto do Planalto comodamente acessível em relação à costa se cruzam e se entrelaçam o caminho do Rio pelo Paraíba, o caminho de Minas pelo passo de Bragança, o caminho do Norte em direção a Goiás, que segue o rebordo ocidental da Mantiqueira; na depressão permeiam o caminho de Mato Grosso pelo Tietê e o caminho dos campos meridionais por Sorocaba. De geração em geração o tráfico multiforme mantido em todas estas vias alimentou a cidade de São Paulo.” (TOLEDO, 1983, p. 17)

A velha Praça da Sé fotografada em 1862 por Militão de Azevedo. O sobrado à direita é dos primeiros tempos da cidade, como mostra muito bem a sua fachada lateral, que aparece em outra foto do mesmo autor. Notar os cachorros trabalhados. Nos demais sobrados, percebe-se já o comprometimento com a arquitetura pombalina.

9 Militão de Azevedo, famoso fotógrafo paulistano, já escreveu alguns textos de especialistas dentre os quais indicamos: *São Paulo em três tempos* e *Album comparativo da cidade de São Paulo*, 1862-1887, obras em que colaboramos com outros autores. Ver bibliografia.

Figura 15- PRAÇA DA SÉ, 1862

Fonte: LEMOS, 1985, p. 22

Essa fotografia de 1862 mostra o casario então existente na Praça da Sé. O texto da foto se refere a arquitetura pombalina, que é assim chamada porque o estadista português Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782) implantou diversas mudanças na forma das construções em Portugal, dando aparência mais moderna às casas e popularizando o uso de novas técnicas que permitiam o detalhamento mais elaborado de componentes da construção, como é o caso dos chamados ‘cachorros’, que são as sustentações do beiral do telhado, cujo madeiramento é trabalhado para adornar a fachada da casa.

Fato é que a Praça da Sé sempre teve papel de extrema importância na cidade. O antigo Largo de São Gonçalo, que passou a se chamar posteriormente Praça João Mendes, era ladeado por edifícios volumosos, além de sobrados grandes. Havia também ali a própria Igreja de São Gonçalo, a Igreja dos Remédios, o Teatro São José, a Casa da Câmara, a Assembleia Provincial e a Cadeia Pública. E onde hoje é o Palácio da Justiça – antigo fórum -, havia o Quartel da Legião dos Voluntários Reais.

Figura 16- ANTIGA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, 1890

Fonte: São Paulo/Secretaria Estadual de Energia e Saneamento, 2013, p.49. Foto de Guilherme Gaensly

O edifício da antiga Assembleia Provincial, em fotografia de 1890, ficava ao lado da Praça da Sé, onde hoje é o início do Viaduto Dona Paulina, e foi tirada na frente da Igreja de São Gonçalo, em direção ao Largo da Sé. É apenas um dos vários edifícios de uso público existentes ao redor da praça.

Em 1912 a antiga Igreja da Sé foi demolida e a nova Catedral começou a ser erguida no ponto mais alto da colina. A anterior ficava no lado sul da praça, na parte mais baixa onde hoje faceia com a Rua Santa Tereza e onde foi implodido o Edifício Mendes Caldeira para as obras do metrô, e compunha com a Igreja de São Pedro um bonito conjunto arquitetônico no Largo da Sé. A demolição da antiga igreja atendia ao acordo celebrado entre a Cúria Metropolitana e a Prefeitura, que previa a cessão pela Prefeitura do espaço onde se localizava o Teatro São José – para a construção da atual catedral -, e a demolição da antiga igreja para obras de alargamento do Pátio da Sé. Foram demolidas, aliás, as duas igrejas, a da Sé e a de São Pedro, acabando com aquele conjunto arquitetônico.

As obras viárias sempre foram o motivo para a descaracterização da Praça da Sé; ocorreu no início do século XX. E se repetiu nos anos 1970.

Figura 17- LARGO DA SÉ, 1916

Fonte: São Paulo/Secretaria Estadual de Energia e Saneamento, 2013, p.48

Com a demolição da antiga Catedral, o largo transformou-se em Praça da Sé. O prédio maior que aparece de frente na fotografia acima (Figura 17) foi construído onde era a Igreja São Pedro dos Clérigos, que também foi demolido. É onde hoje está o prédio da Caixa Econômica Federal. A atual Catedral ficaria à direita na foto, oculta, acompanhando a subida no nível do piso.

A fotografia abaixo (Figura 18), é de assentamento dos trilhos de bonde na Rua Esperança, no dia 2/12/1899. Essa rua desapareceu numa das primeiras reformas da Praça da Sé, ligava as atuais praças da Sé e João Mendes, muito próxima à atual Rua 11 de Agosto, ao lado da Catedral. Algumas ruas, ou trechos de rua, foram suprimidas pelas reformas feitas naquele espaço, o que desde sempre contribuiu para o esvair da memória da cidade naquele local.

Figura 18- RUA ESPERANÇA, 1899

Fonte: São Paulo/Secretaria Estadual de Energia e Saneamento, 2013, p.51

A cidade foi crescendo e se expandindo e deu fundamental salto a partir da inauguração da estrada de ferro dos ingleses em 1867. Homens empreendedores logo perceberam bons negócios pela frente e passaram a abrir novos bairros. Assim surgiu, sob inspiração francesa, bairro dos Campos Elíseos em 1878. Antiga Chácara Mauá foi adquirida pelo suíço Frederico Glette e pelo alemão Victor Nothmann que rapidamente abrem novas e largas ruas, melhores que as do triângulo e dividem o lugar em grandes lotes.

O fotógrafo Militão Augusto de Azevedo registrou a mudança havida na cidade nessa época. Fez um álbum comparativo, como fotografias feitas em 1860 e em 1887, dos mesmos locais. Fez o mais importante documento histórico da época utilizando a fotografia. Fraya Frehse, em livro feito em homenagem a ele (SÃO PAULO/DPH, 2013), afirma que o fotógrafo registrou o início do fim da São Paulo caipira.

“Em silêncio, apenas com signos indiciais, as imagens falam do início do processo de desaparecimento da cidade historicamente forjada, em termos sociológicos, naquilo que Antonio Candido reconheceu como população caipira, consolidada a partir da miscigenação entre brancos e índias no decurso dramático da colonização portuguesa e, em particular, com o final da escravidão indígena, no século XVIII.” (SÃO PAULO/DPH, 2013, p.52)

Com a mesma rapidez instalaram a primeira linha de transporte público na cidade, o bonde que levaria os moradores desse novo bairro às ruas do “triângulo”. E para esse novo bairro levam a burguesia nascente. Esse movimento das elites se instalarem na ‘periferia’ do centro urbano, bem entendendo periferia em seu sentido estrito, ou seja, conforme Aurélio “contorno, vizinhança, proximidade” (AURÉLIO, 1975, p. 1069), é registrado há séculos na história do mundo. A cidade de Timgad, fundada no ano 100 de nossa era pelo imperador Trajano, já mostrava essa característica. “Quando a cidade demonstra grande dinamismo. Os bairros abastados se constituem na periferia do núcleo urbano, quaisquer que sejam a origem e a organização deste último.” (ARIÈS, DUBY, 1990, p. 327) Nessa época as casas se voltavam mais para seu interior do que para o externo. Havia precedência na criação de amplos espaços dentro das casas em relação ao contato com a rua. Privilegiava-se a vida privada em detrimento da pública. Os acessos ao exterior eram, de certa forma, pequenos e previamente projetados para funções determinadas, como o acesso para os visitantes que vinham a negócios, outro para os criados, outra para visitas sociais e assim por diante.

Assim, o hábito de se separar o público e o privado sempre esteve presente na vida das cidades. Os grandes condomínios fechados atuais são a reprodução desse modelo de segregação e estão presentes em todas as grandes cidades brasileiras, muitas das quais aprovam leis de regulação urbanística prevendo a possibilidade de fechamento desses espaços, que nasceram públicos e passam a ser privados.

O Palacete D^a Olívia Guedes Penteado, projetado por Ramos de Azevedo em estilo eclético, ficava na esquina das ruas Duque de Caxias (hoje Avenida Duque de Caxias) com a Conselheiro Nébias, no elegante bairro dos Campos Elíseos citado acima. Suas obras tiveram início em 1895. A cúpula de base hexagonal, colocada bem na esquina, foi trazida da Itália. O Palacete foi demolido na década de 1940 para as obras de alargamento da Av. Duque de Caxias, e em seu terreno hoje está construído o Hotel Comodoro. O arquiteto brasileiro Ramos de Azevedo, que se formou na Bélgica, iniciava com essa obra a fase áurea de sua produção.

Residência de D. Olívia Guedes Penteado, nos Campos Elíseos, recém-terminada por Ramos de Azevedo.

Figura 19- RESIDÊNCIA D^a. OLÍVIA GUEDES PENTEADO

Fonte: LEMOS, 1985, p.138

Figura 20- AVENIDA HIGIENÓPOLIS, 1911

Fonte: São Paulo/Secretaria Estadual de Energia e Saneamento, 2013, p.104

Seguindo a mesma linhagem da produção arquitetônica da época, na fotografia acima (Figura 20) aparece a Avenida Higienópolis, em 1911. O casarão branco à esquerda é a Vila Penteado, projeto de Carlos Ekman, construída em 1902 como residência da família Antônio Prado. A casa em estilo *art nouveau* serviu de moradia para a Condessa Anna Paulina, até 1938, e em 1949 os herdeiros doaram a casa à Universidade de São Paulo e lotearam a parte restante dos jardins. Hoje funciona a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), programas de pós-graduação, conhecida como FAU Maranhão. Trata-se de belíssimo prédio, razoavelmente conservado, dentro do qual se pode perceber a riqueza de detalhes usados na construção e a utilização de materiais nobres, hoje raros, como a madeira do assoalho e do estuque de juçara, ladrilhos importados da Europa, adornos de ferro feitos manualmente, afrescos e muitos outros detalhes. O imóvel é tombado pelo Condephaat desde 1978.

Havia certa divisão da cidade entre os chamados setores interno e externo. O interno, ou o núcleo central formado pelo triângulo, era chamado de ‘para dentro das pontes’; o externo, como Pinheiros, Santana e Emboaçava, eram os ‘pontes de fora’. Pois bem, para passar das pontes de fora para as pontes de dentro era preciso pagar um pedágio aos comandantes das pontes, e então se podia passar pelas pontes do Lorena do Marechal (sobre o Anhangabaú), e do Carmo e do Fonseca (sobre o Tamanduateí). Isso era devidamente regulado pelo ‘Registro das Instruções para o Governo das Pontes’ (TOLEDO, 1983, p. 30).

Para José Luis Romero a cidade deixou de ser o burgo de estudantes para transformar-se na metrópole do café. Afirma ainda o autor que “a fisionomia das ruas e das praças começou a mudar a tal ponto que se pode falar de uma segunda fundação da cidade.” (ROMERO, 2009, p.15)

Nas palavras de Benedito Lima de Toledo ‘São Paulo é um palimpsesto’, um pergaminho cuja escrita fora raspada para receber outra nova. Para o arquiteto, a cidade de São Paulo “foi reconstruída duas vezes sobre si mesma no último século.” (TOLEDO, 1983, p.67)

No centro histórico da cidade isso ocorreu, embora em época remota. A ‘segunda’ cidade erguida no centro já remonta dois séculos, desde que foram vencidas as barreiras físicas consistentes nos desníveis naturais de uma vila urbana edificada no alto de um vale. Entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú (Inhangabahu na origem) construiu-se a cidade, mas os ‘paredões’ que cercavam esse núcleo formado pelos desníveis entre os cursos d’água e o alto do vale dificultaram a expansão do núcleo original. Isso nos primórdios da cidade.

Vencidas essas barreiras, o centro foi-se expandindo sem limites, até alcançar as dimensões atuais.

Lorena construiu aquela ponte utilizando pedras, promovendo a união das duas encostas do ribeirão Anhangabaú, ligando o núcleo histórico (triângulo) ao Morro do Chá, no Largo do Piques e onde se saía para a estrada da Sorocabana, estrada para tropas de mulas. (TOLEDO, 1983, p.18). Apenas a guisa de curiosidade histórica, trata-se do mesmo Lorena (Bernardo José Maria de Lorena, Governador em 1792), que fez a primeira estrada ligando São Bernardo a Cubatão, conhecida como ‘Calçada do Lorena’, ainda hoje existente embora em lastimável estado de conservação.

3.2 A SÉ COMO CENTRO CÍVICO

Desde a fundação da cidade, a Sé foi ganhando cada vez mais importância. De centro de convívio social passou a ser ponto de concentração de renda advinda tanto do comércio como do capital financeiro. Decorrente disso passou também a se destacar como ponto de encontro de intelectuais e políticos. Assumiu o papel de centro cívico da cidade por longos anos, não o único pois que uma cidade que já nasceu em grandes proporções, não teria apenas um local assim, mas certamente foi o mais importante por longos anos.

O Largo da Sé, nos relatos dos memorialistas, ficou gravado como um dos marcos da cidade, guardando fortes recordações do passado. “Em 1911 a Sé desapareceu...mas ficou, na tradição imutável da sua grandeza, o exemplo de uma vida de refulgências históricas. Ave, velha Sé!” (BREFE, 1993, p. 66).

Raimundo Menezes destaca a importância da Sé na vida cidade colonial. Diz que foi ao redor do Largo da Sé que “começou a fervilhar a vida muito primitiva do vilarejo.” Para ele o “pequeno largo no qual estava fincada a mirrada igreja funcionava como a antiga ágora grega, onde importantes decisões eram tomadas e, todas as notícias do Reino eram transmitidas à população”. Continua o autor dizendo ao dizer que “era ali, no Pátio da Sé, que se reunia o povo para as grandes deliberações, onde se sabiam as enormíssimas notícias vindas do Reino e onde se resolviam as pendências familiares.” (MENEZES *apud* BREFE, 1993, p. 67)

A partir da Proclamação da República o Largo da Sé assumiu cada vez com mais vitalidade o papel de centro cívico, e em 1892 passou a ser oficialmente o marco zero da cidade.

Não é demais lembrar que nos primórdios da cidade, barcos chegavam e partiam do rio Tamanduateí carregando mercadorias de toda ordem, que subiam as ladeiras até chegar ao ponto mais elevado, justamente a Praça da Sé. A ladeira Porto Geral era a principal via de acesso à parte alta da cidade, e não à toa recebeu desde então esse nome, pois ali havia um verdadeiro porto pelo qual chegavam e saíam mercadorias. Já do lado mais próximo da Sé, a via de ligação era a Rua Tabatinguera, linha reta entre o Largo da Sé e o rio, cujo nome, aliás, deriva do fato de que as pessoas iam até o rio buscar o barro branco, chamado tabatinga, para rebocar de branco as paredes de suas casas (LEMOS, 1985).

Com o passar dos anos e ganhando cada vez mais importância, pequenas reformas ao redor do Largo da Sé foram sendo realizadas, e as ruas então estreitas foram sendo alargadas e espaços abertos foram se criando, de tal modo que o Largo foi se ampliando e acabou contíguo à Praça Clóvis, entremeado apenas pela quadra onde estavam seis edifícios, dentre os quais o Santa Helena. Esse encontro de praças, espaços abertos e imponência arquitetônica e cultural consolidou o local como o mais importante centro cívico da cidade. E assim permaneceu por décadas. Tanto é que ali se realizavam as apurações das eleições, as comemorações do Dia do Trabalho, romarias, festas religiosas em geral e encontros sindicais e políticos. Milanesi informa que isso ocorreu até o regime militar, que passou ele próprio a promover algumas dessas manifestações, até que em 68 houve tumulto generalizado num 1º de Maio, o que motivou o regime a proibir manifestações na praça até os anos 80. (MILANESI, 2002, p. 134).

Na imagem abaixo (Figura 21) a vista da Praça da Sé, de 1947, em fotografia tirada a partir da rua Venceslau Brás, mostra o Edifício Santa Helena e os demais prédios contíguos que foram demolidos posteriormente para as obras do metrô. O espaço da praça é definido e ladeado por construções que servem de referência física e visual aos usuários, o que foi extirpado com a reforma feita pela Metrô. Por falta dessas referências visuais a praça perdeu sua escala humana que nessa imagem é tão nítida e perceptível.

Figura 21- PRAÇA DA SÉ, 1947

Fonte: José Carlos Neves Lopes e Osmar Caramori. Disponível em <http://www.pracadase.wordpress.com/fotos-pos-monografia>. Acessado em abr/2013

A Praça da Sé foi na história de São Paulo o seu centro cívico, o lugar para onde afluíam as grandes manifestações políticas, os comícios eleitorais, as passeatas, as revoltas, enfim, o coração político e cultural da cidade.

Assim descreve a importância da Catedral e da Praça da Sé, nos idos de 1919, Nicolau Sevcenko:

“Como, no momento, a maior área livre do núcleo central estava justamente sendo reformada para a construção da catedral de São Paulo – planejada para ser a maior da América Latina e quiçá de todo o continente americano –, a determinação é unânime: transformar o Largo da Sé na praça cívica da cidade, fazendo convergir assim os símbolos da fé, da pujança e da alma coletiva.” (SEVCENKO, 2003, p.103)

Oswald de Andrade citara o Largo da Sé em importante obra:

“O Largo da Sé é sem perigo de contestação o ponto de junção das ruas Quinze de Novembro e Direita que também são. Sem perigo de contestação, as principais de São Paulo. De modo que as pessoas que querem fazer o célebre triângulo, seja por negócios ou business ou para o simples e civilizado footing, passa fatalmente no largo da Sé. Quando um estrangeiro saudosos regressa à pátria e procura o largo da Sé, encontra em seu lugar a praça da Sé. Mas é a mesma coisa.” OSWALD DE ANDRADE, Serafim Ponte Grande (São Paulo:Globo/Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 81, *apud* MALTA CAMPOS, SIMÕES, 2006, p. 174).

Sua simbologia é tão expressiva que momentos agudos da história republicana brasileira se registraram ali, como a comemoração do Primeiro de Maio de 1919, com 10 mil pessoas reunidas na Praça, as assembleias de trabalhadores grevistas como a dos gráficos em 1923, os têxteis em 1927, os protestos dos estudantes contra o fascismo e o Estado Novo em 1937, as manifestações em favor do retorno de Getúlio Vargas à Presidência, - conhecido como Movimento Queremista-, entre 1944 e 45, o Movimento Contra a Carestia no início dos anos 70, o ‘Placar das Diretas-Já’ em 1984, os comícios pelo impeachment do Presidente Collor em 1992, e recentemente as manifestações organizadas pela juventude do Movimento Passe Livre (MPL), que surpreenderam o país pela adesão maciça e espontânea da sociedade civil ‘não organizada’, em contraponto aos movimentos ligados a sindicatos, centrais populares, partidos políticos e que tais.

Figura 22- PRAÇA DA SÉ, COMÍCIO DIRETAS-JÁ

Fonte: Oswaldo Luiz Palermo. Disponível em <http://www.acervo.estadao.com.br>. Acessado em abr/2013

Nas figuras 22 e 23 as fotografias mostram claramente a importância da Sé como palco de manifestações políticas. Na figura 22 o Comício das Diretas-Já, realizado em 25 de janeiro de 1985, teve a presença de milhares de pessoas que desafiram a arquitetura ingrata da praça subindo nas muretas, nos canteiros e até dentro do espelho d'água.

Na outra fotografia (Figura 23) o mesmo local recebeu recentemente manifestação convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL), em junho/13, contra a elevação das tarifas de ônibus na capital paulista, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, movimento que logrou êxito com o

retorno à tarifa anterior. O mesmo local foi o escolhido para o evento, apesar da inadequação da arquitetura e do reduzido uso para esse tipo de finalidade ultimamente.

Figura 23- PRAÇA DA SÉ, MANIFESTAÇÃO PELO PASSE LIVRE

Fonte: Sem autoria. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/album/2013/06/20/protestos-em-sao-paulo.htm>. Acessado em set/2013.

Eduardo Yázigi lembra que a velha praça serviu de palco para importantes manifestações políticas.

“De seu adro, nos idos de 1940, o povo se pronunciou contra a ditadura Vargas; ali mesmo, em meados dos anos 1980, milhares de pessoas bradavam pela eleição direta à presidência da República – do mesmo modo que nela terminou a Marcha de Deus com a Família pela Liberdade que culminou com a Ditadura Militar. (YÁZIGI, 2006, p. 177)

Durante um determinado período, mais exatamente do final da década de 60 até meados da de 80, a velha praça sofreu intenso processo de degradação, não apenas urbano mas em seu cunho simbólico como locus de manifestações políticas e religiosas. A praça ficou suja, mal conservada e mal cuidada, passou a abrigar o lumpesinato da cidade, perdeu importância e perdeu seus convivas que faziam dela o centro de troca de informações entre os profissionais e transeuntes que a frequentavam.

A velha praça sofreu o processo por que passam muitas praças e locais de referência nas grandes cidades, de degradação e de, com o perdão da expressão, ‘desimportância’.

Não foi a Sé isoladamente que passou por esse processo de degradação, mas todo o centro da cidade que passou então a ser chamado de ‘centro velho’. É um processo, pode-se assim dizer, comum na evolução urbana das grandes cidades. O capital financeiro e comercial

se deslocam em dado momento e levam consigo o envoltório que os abriga. Isso aconteceu também na velha Sé, na Praça da República, no lindo Parque da Luz, no Largo do Arouche e no Largo da Concórdia. Nem todos esses locais sofreram exatamente pelo mesmo processo de deslocamento do capital do centro para outros locais, mas todos sofreram o desgaste do tempo e a degradação de sua ocupação e de seu uso.

No período acima datado o Brasil passava por um governo ditatorial imposto por um golpe de Estado em 1964, quando ascenderam ao poder militares comprometidos com ideias alimentadas pelos interesses do capital, dentre os quais a chamada doutrina do ‘desenvolvimentismo’, aliás doutrina essa em voga desde o governo de Juscelino Kubitschek.

A Praça da Sé passou por severa reforma urbanística exatamente nesse período, quando foi construída a maior estação do metrô da cidade, confluência dos dois principais troncos do transporte subterrâneo, o Norte-Sul e o Leste-Oeste.

A Praça da Sé cumpriu esse papel da cidade de São Paulo. Foi durante quatro séculos o ponto mais importante da cidade e mesmo tendo passado por um processo de decadência, ainda tem grande importância. Ela tem sentido no “âmbito da existência cotidiana”, usando expressão de Romero” (2009, p.164). Além de sua importância no dia a dia do paulistano, já que milhares de pessoas transitam diariamente por seus espaços, seu papel simbólico é de suma importância.

Para Caldeira (2008), a Sé tem duas ‘camadas’ de simbolismo: a primeira se refere à ‘reapropriação política do espaço público’ que aconteceu exatamente na Sé. A autora afirma que durante a ditadura militar no Brasil “as poucas demonstrações políticas que ocorreram tiveram lugar na Praça da Sé, principalmente devido à Catedral”. (CALDEIRA, 2008, p.325). Ela destaca ainda as manifestações contra o alto custo de vida, organizadas pelo Movimento contra a Carestia nos anos 70, que utilizaram a Sé especialmente pelo respaldo às lutas populares que a Igreja católica dava naquele momento, e que por ser um espaço público no adro da Catedral gerava certa sensação de segurança.

A segunda ‘camada’ de simbolismo para a autora é relativa justamente à sensação de insegurança, mas não daquele momento ditatorial pelo qual o país passou, mas pelo momento atual, de segurança pública. Isso tem a ver, no seu entender, com a deterioração do espaço público, que leva a sensações ligadas a palavras como medo, perigo, crime, declínio social.

O fato é que Praça da Sé passou efetivamente por dois momentos distintos, e que de certa forma representam os momentos vividos pelo próprio país, que a autora chama de ‘caráter disjuntivo’ da democracia brasileira. A Sé tem um passado glorioso, pode-se dizer, e

um passado recente e presente de degradação do espaço público. Ela afirma que “na verdade, a democratização política não é contraditória com a deterioração dos espaços públicos. Na verdade, a democratização pode ter ajudado a acelerar a construção de muros e a deterioração do espaço público.” (CALDEIRA, 2008, p.327)

Assim descreve a Praça da Sé o arquiteto Wilson Ribeiro dos Santos Junior:

“Após a Proclamação da República um outro uso acresce aos já configurados, o de caráter cívico. Notadamente a partir do começo deste século a Praça da Sé consagra-se como um dos mais importantes locais de manifestação política da cidade. Sedia importantes eventos do nascente movimento operário popular nas primeiras décadas do século, é utilizada nos períodos ditatoriais para comemorações oficiais, é palco de luta pela redemocratização e da anistia do país em 1945 e abriga posteriormente numerosas manifestações vinculadas aos movimentos contrários ao regime militar, sendo ,arcada por várias das mais importantes manifestações da campanha por eleições diretas para a presidência do país.” (SANTOS JUNIOR, 1991, p. 18).

Na década de 70 a Praça da Sé passava pelo seu pior momento. Não por coincidência, foi também um difícil momento da vida política do país. A Praça deixou de ser o local onde as pessoas se encontravam e conversavam de cultura, política, vida social, até porque isso poderia representar, como de fato representou, a fim da vida para muitos brasileiros.

Paralelamente, o cotidiano social ia-se esgarçando, as pessoas tinham medo de sair às ruas e do convívio social. Os valores culturais em voga à época eram bem distantes daqueles que os jovens especialmente tinham apreendido e assimilado de suas famílias e das experiências noticiadas vividas em outros países.

O momento político era soturno e levou as pessoas para dentro de suas residências. O espaço público deixou de ser um local de troca e assumiu papel de transição e de passagem de pessoas. A ‘ágora’ deixou de existir. Com isso a praça passou a ser frequentada por pessoas que não viam nela qualquer relação de proximidade e intimidade. Mendigos, moradores de rua, vendedores ambulantes, cantores e artistas de rua adotaram-na como seu espaço. As manifestações políticas e culturais diminuíram de frequência até quase serem extintas.

Foi então que o poder público entendeu por bem que era o momento de intervir para recuperar aquele espaço público. Só que o momento era das ‘grandiosas’ obras públicas, que representassem o ‘moderno’ que o governo militar trazia ao país. O modelo de gestão pública imposto ao país naquele momento privilegiava a ‘técnica’ em lugar da participação social da comunidade e dos valores urbanos relacionados à vida cultural, social e política da cidade. Na obra organizada por Malta Campos (2004), Flávio Villaça afirma que “a ditadura militar implantou um regime que promovia a ideologia da tecnocracia, segundo a qual a

administração pública era estragada pelos políticos e pela política”. (MALTA CAMPOS, 2004, p. 151)

Com isso as obras deveriam ser pautadas apenas pelo estudo técnico, sem que nisso estivesse incluída a conveniência urbanística dos projetos. Completa Flávio Villaça que “de acordo com essa ideologia, a boa administração pública deveria tomar decisões baseada apenas na boa técnica, pois só esta era objetiva e garantiria a isenção.” (MALTA CAMPOS, 2004, p.152)

Foi a partir da implantação dessa política pública de intervenções urbanísticas, escreve ainda Villaça, que se passou a contratar estudos de viabilidade econômica e técnica pelo Governo Federal para obras como a Ponte Rio-Niterói, o Metrô de São Paulo, o Aeroporto do Galeão e a estrada Belém-Brasília. Além disso, datam também dessa época a construção da Av. 23 de Maio/Rubem Berta, as duas Marginais, o alargamento da Paulista, o entroncamento Paulista x Consolação x Rebouças, o Minhocão, o alargamento da Rua Iguatemi dando origem à Faria Lima, a Av. dos Bandeirantes, a Brás Leme e boa parte da Radial Leste (MALTA CAMPOS, 2004, pp.150-3)

Essa intenção de fato se fez e o antigo largo virou o centro mais ativo e importante do centro de São Paulo.

A ampla reforma feita para a construção da estação Sé do Metrô, que uniu duas praças então existentes, a Sé e a Clóvis Beviláqua, gera quase um uníssono no que tange à avaliação do resultado urbanístico que foi alcançado.

Arquitetos e observadores de todo perfil são unânimes em desaprovar a praça que emergiu da reforma.

Para Regina Meyer, arquiteta e professora da FAU/USP, além de ex-presidente da Associação Viva o Centro,

“o projeto da estação prevaleceu sobre a antiga praça, demonstrando a forte presença funcionalista e quantitativa no partido de projeto adotado. Tanto as intervenções de Prestes Maia, na década de 30, como as efetuadas a partir dos anos 60 na área central tiveram a circulação viária como paradigma, porém, a primeira buscou uma reestruturação da área central, enquanto as últimas simplesmente buscaram atender ao fluxo pretendido *reformulando as praças existentes em suportes do setor viário*”. (MILANESI, 2002, p.161)

A arquiteta afirma ainda que

“a Catedral e o Palácio da Justiça, prédios de referência na cidade, perderam suas praças de apoio que se unificaram mas não são sentidas em unidade. A relação com entorno não integrou os gabaritos e estilos dos edifícios presentes, parecendo se

impor ao existente. A apreensão global, portanto, tornou-se difusa e os percursos criados internamente através dos patamares acabaram por retalhar qualquer amplidão e monumentalidade possível.” (MILANESI, 2001, p.161)

Para o arquiteto Vladimir Bartalani,

“Houve sim perda de qualidade: perdeu-se a escala que seria dada pelos edifícios, mais adequada às dimensões da praça; perdeu-se o valor intrínseco do edifício Santa Helena; perdeu-se a oportunidade de ter o uso relacionado aos edifícios refletido no uso da praça.” (BARTALANI, 1988, p.190)

Para Ricardo A. Marques “a praça resultou em um conjunto inapreensível, composta de uma superabundância de imagens elementos que nos impedem de identificar uma totalidade.” (MILANESI, 2001, p.177)

Já para Domingos Theodoro de Azevedo Neto, Diretor de Planejamento da EMURB,

“a praça não era um monumento arquitetônico, podendo se considerada uma anti-arquitetura, no sentido em que tinha como principal elemento de composição os próprios usuários”. Renata Milanesi entende que esta afirmação sugere a intenção dos técnicos em produzir um espaço qualificado, porém, o resultante do projeto foi muito restritivo e acabou impondo e até inibindo o comportamento dos usuários, de maneira autoritária. (MILANESI, 2001, p.157)

E para completar essas críticas, vale reproduzir o que escreveu o jornalista J. M. Oliveira, no jornal Folha de São Paulo de 17/02/1978:

“parece que os mais de 50.000 m² preocupou a EMURB que resolveu ocupá-la e a entulhou e a programou: ... aqui entre; aqui, sente-se; aqui, aqui, levante-se e dirija-se à estação, aqui manifeste-se (mas não exagere, relativize é claro)” Nesse texto, parece o que resultou óbvio, a praça é o espaço entre a Caixa e a estátua de Anchieta e o resto é a estação. (J. M. OLIVEIRA, 1978 *apud* MILANESI, 2001, p.154)

Conclui a autora tantas vezes citada, Regina Meyer, que

“uma das hipóteses que podemos estabelecer é de que o projeto, realizado em momento político com características repressivas, tendia a evitar a implementação de espaços que permitissem a aglomeração de pessoas. É interessante destacar que o fluxo é orientado aos pontos de escoamento de tráfego, como paradas de ônibus e entradas do Metrô. Nos locais onde se apresentam espaços mais íntimos, nos remansos, as dimensões são reduzidas e não permitem a presença de muitas pessoas.” (MEYER *apud* MILANESI, 2001, p.158)

Na figura 24, essa hipótese apontada pela arquiteta Regina Meyer pode ser conferida, em fotografia em cuja vista se denota a presença prioritária de caminhos a serem percorridos

pelos usuários do metrô, com a colocação de barras metálicas para formatá-lo, em lugar de espaços de descanso, convívio ou contemplação

Carlos Augusto Magalhães

Figura 24- PRAÇA DA SÉ, 2013.

Fonte: Carlos Augusto Magalhães. Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=439578>. Acessado em 19/abr/2013

Eduardo Yázigü é incisivo ao afirmar que “as modificações trazidas pela Estação Sé do Metrô, e outras mais, liquidaram com a possibilidade de manifestações populares no velho centro.” (YÁZIGÜ, 2006, p.121). E ainda opina que

“o projeto da praça, ignorando totalmente o que seja o *clean* urbanístico, tornou-se estrategicamente útil para os ágeis das pernas, pois a volumetria desencontrada projetada pelo Metrô, cheia de confusão visual, oferece, naturalmente, pontos de fuga que podem confundir o perseguidor.” (YÁZIGÜ, 2006, p.117)

Não se pode afirmar categoricamente que a degradação por que a praça sofreu tenha sido resultado exclusivo da inapropriedade do projeto arquitetônico eleito. É inegável, a considerar todas essas opiniões, que ao menos acertado o projeto não foi. As praças, via de regra, oferecem pontos para que o usuário possa descansar, parar para conversar com alguém, admirar e contemplar a paisagem ou tão somente observar o movimento das pessoas. Deve

servir, enfim, para que o ser humano se dê alguns momentos de seu tempo para se interiorizar em reflexões, ainda que fluidas e rápidas, mas úteis para a saúde mental.

Ao se eleger um projeto de praça em que nada disso é levado em conta, optou-se pela construção não de uma praça, mas de um lugar qualquer de passagem, ainda que com nome e aparência de praça.

Locais públicos que sejam tradicionais pontos de encontro, de manifestações sociais e culturais, de história e apropriação pelas pessoas, ao serem reformados, os arquitetos em que levar em conta esses aspectos, sob pena de o desqualificarem e, pior, de retirarem dela a imbricação e a intimidade que mantém com as pessoas.

Figura 25- PRAÇA DA SÉ, “SEM TETO”, 2013

Fonte: Luis Carlos Maraukas. Disponível em www.noticias.uol.com.br/ultimasnoticias/2103/10/09. Acessado em 8/nov/2013

Na recente manifestação ocorrida na Sé, em outubro/13, alguns poucos moradores de rua montaram barracas na praça protestando contra a política habitacional da Prefeitura de São Paulo; a Guarda Civil Metropolitana desmobilizou o ato em dois dias. Essa imagem mostra, além da justaposição das barracas de lona com uma das esculturas da praça, a ausência de mobilização massiva usando o espaço público, sendo ocupado por três ou quatro ‘manifestantes’, o que demonstra o pouco aproveitamento daquele antigo local para reivindicações populares.

A praça realmente deixou de ter contato com a população que vive o centro da cidade. Ainda que plasticamente ela possa ser bonita, pela presença de elementos que normalmente

são bem vindos a uma praça, tais como chafariz, espelho d'água, plantas, bancos, esculturas, o resultado urbanístico obtido ficou muito aquém do que deveria ser.

Ela perdeu sua relação com a cidade, não guarda correspondência com seu próprio entorno, não manteve diálogo com sua história nem com a história das pessoas que nela vivem e convivem. Sua amplitude sem marcos visuais referenciais, seu piso descontínuo cheio de degraus, sua não delimitação espacial, seus canteiros altos de concreto armado interrompem a todo instante uma leitura completa do espaço, tudo isso desconectou a praça de seus usuários.

Até mesmo o adro da Catedral perdeu sua característica de adro, pois se misturou nele o marco zero da cidade posto sobre um desenho de rosa dos ventos, sem absolutamente nenhuma identificação de cunho religioso; plantaram-se palmeiras como que se querendo dar um caminho visual direto para a igreja, mas que é mais apropriado em grandes vias retas de acesso a construções importantes que se localizem ao final da rua em que se enfileiram árvores delgadas e altas.

Figura 26- MARCO ZERO

Fonte: Almir Xavier da Silva. Disponível em http://almirxs.blogspot.com.br/2010_09_01_archive.html. Acessado em 8/nov/2013

Essa é a fotografia do Marco Zero de São Paulo, a partir do qual tem início todas as contagens de distâncias dentro e fora da cidade. É escultura de Jean Gabriel Villin, feita em 1934. Está no centro de um desenho da rosa dos ventos feito no chão (próxima foto, Figura 27). É um monumento de dimensões modestas, mas importante, embora mal valorizado no projeto de reforma da Praça da Sé.

Figura 27- ROSA DOS VENTOS

Fonte: Tuca Vieira. Disponível em http://www.viagem.uol.com.br/guia/saopaulo2012_album.htm#fotoNav=41. Acessado em 8/nov/2013.

Ainda no adro, no lado oposto ao da catedral houve a infelicidade de se colocar o segundo principal acesso ao metrô, ou seja, o que seria um espaço em frente à Catedral Metropolitana de São Paulo, como ocorre em tantas cidades do mundo, acabou sendo apenas um piso de passagem para se entrar no metrô, por onde se passa pelo marco zero da cidade, por um busto de ‘algum santo’ (na verdade, São Paulo), e por um grupo enfileirado de árvores e de engraxates à espera de sapatos.

A autora Teresa Caldeira escreve que

“a Praça da Sé é o símbolo poderoso do centro da cidade, de onde se imagina que todas as estradas e ruas da cidade irradiam. Hoje, os pontos de referência da praça são a Catedral, a estação central do metrô, o ‘marco zero’ da cidade, assinalado por uma pedra erguida sobre uma rosa-dos-ventos gravada no chão.” (2008:325)

“O que ocorreu no centro da cidade, de deslocamento do centro financeiro e talvez intelectual para outros locais, fez com que desse espaço se apropriassem as pessoas mais pobres originárias de outros locais e de outras realidades urbanas. A Sé passou ser frequentada por pessoas que apenas passavam por ela, e nessa toada vieram os vendedores ambulantes de todo tipo de produto, muita sujeira – típico de quem não se apropria do espaço que usa – cantores de forró, sertanejos e até bolivianos com suas flautas andinas de doce sonoridade, e de mendigos e usuários de crack e outras drogas. Afastado aquele público tradicional, outro ocupa o espaço, e para a mesma autora “à medida que as elites se retiram para seus enclaves e abandonam os espaços públicos para os sem-teto e os pobres, o número de espaços para encontros públicos de pessoas de diferentes grupos sociais diminui consideravelmente.” (CALDEIRA, 2008, p.301)

4 O ESVAZIAMENTO DO CENTRO, NOVAS CENTRALIDADES

Com o esvaziamento do centro da cidade, novas centralidades foram se consagrando, em especial aquelas que já vinham se constituindo ao longo dos anos. É o caso da Avenida Paulista. Inaugurada em 1891, abrigou a elite do café até a crise de 1929. Com a afluência da elite paulistana se deslocando paulatinamente para a nova avenida, também foi sendo atraído o capital financeiro, que tendencialmente se movimenta em direção ao polo onde está concentrada a parcela social que detém o poder econômico.

O desenvolvimento das cidades é um processo dialético, e dessa forma ela vai se transformando no decorrer da evolução política e social que se verifica num dado momento histórico. Via de regra, os centros urbanos das grandes cidades do mundo passaram por significativas mudanças, umas projetadas, outras por força das mudanças econômicas. Fato é que mudam e muitas vezes mudam sua centralidade. Há, porém, autores importantes que oferecem uma visão diferente desse aspecto, como é o caso de Mark Gottdiener, para quem as áreas de expansão urbana “não são mais organizadas pelas atividades sócio-espaciais do centro histórico da cidade” (GOTTDIENER, 2010, p.18). O autor entende que as cidades foram se desenvolvendo e surgiram regiões ‘polinucleadas’, algumas projetadas para tal, outras decorrentes do processo de desenvolvimento, processo esse que não segue os padrões analisados e repetidos pelos estudiosos da sociologia urbana. Voltaremos a essa questão em capítulo específico.

O Centro da cidade vivia seu apogeu na virada do século. No mesmo momento histórico era inaugurada a Avenida Paulista, em 1891, fruto da iniciativa de empresários liderados pelo Eng. Joaquim Eugênio de Lima. Ele e mais dois empresários, João Augusto Garcia e José Borges Figueiredo tornaram-se os proprietários da totalidade dos lotes feitos na nova avenida, cujo traçado acompanhava o espigão do Caagaçu, divisor das águas dos rios Pinheiros e Tietê.

O projeto inicial da Paulista, feito pelo agrimensor Tarquínio Antonio Tarant, tinha como alvo atrair a elite do capital cafeeiro, o que de fato aconteceu até chegar a crise de 1929. Até então casarões em estilos arquitetônicos variados, com destaque para o ecletismo importado da Europa e ainda para o art nouveau e o neocolonial, foram sendo construídos ao longo da avenida, caracterizando sua pujança econômica.

Ao lado do investimento privado, o poder público também investiu na nova avenida, como sempre, aliás. Onde está o capital imobiliário lá está o poder público. Na Paulista não

foi diferente e em 1900 chegou o bonde à avenida, em 1908 o asfalto e ainda o Parque Trianon. O terreno onde ele foi instalado era particular e foi passado para a Prefeitura em 1911, onde existia o Parque Villon, nome de seu projetista, o paisagista Paul Villon.

Esse parque anterior ao Trianon foi inaugurado em 1892 e tinha um edifício de dois pavimentos, salão de chá, restaurante e onde havia frequentemente festas, homenagens e até bailes de carnaval entre os anos 1920 e 30. Além disso, contava também com famoso belvedere, que foi demolido no início da década de 50. A arquiteta Lina Bo Bardi, declarou que em visita ao local acompanhada por um responsável da Prefeitura pela destinação do local, que “fui perguntar o que ia ser construído naquele local onde tinha sido demolido o belvedere”, e obteve como resposta que “o que falta no Brasil são banheiros públicos”. (FRÚGOLI, 2000, p. 120).

Figura 28- AVENIDA PAULISTA, 1916

Fonte: São Paulo/Secretaria Estadual de Energia e Saneamento, 2013, p.104

Nessa fotografia de 1916 a Avenida Paulista aparece totalmente urbanizada e dotada de infraestrutura que grande parte das ruas de São Paulo ainda não dispunham, como calçadas, arborização, pavimentação, guias, bondes elétricos e ajardinamento em frente às casas. No espaço existente entre os dois casarões que são vistos à esquerda, é onde hoje se localiza o MASP, o então belvedere do Trianon.

Quando o terreno foi doado por Joaquim Eugênio de Lima para a municipalidade, ele estipulou uma condição: de que qualquer edificação que viesse a ser feita ali deveria manter a vista que dava para o centro da cidade.

Figura 29- BELVEDERE DO TRIANON, 1949

Fonte: Lorca, 2013, p. 100

Na vista geral acima, em fotografia tirada a partir do Belvedere do Jardim Trianon, em 1949, em direção ao centro da cidade, sobre o vale da Av. 9 de Julho, é uma imagem possível ainda hoje, apesar do acréscimo de edifícios nas laterais da Av. 9 de Julho. Foi essa vista que a arquiteta Lina Bo Bardi preservou ao projetar o MASP sem colunas intermediárias, criando o famoso ‘vão do Masp’, hoje espaço de referência usado para exposições de arte mais ‘popular’ por assim dizer, para feiras de artigos antigos e de reuniões de pequenos grupos de pessoas que queiram mostra-se e ‘dizer algo’ para a sociedade com vestimentas e acessórios que chamem atenção na paisagem daquele lugar em que predominam pessoas com trajes de trabalho e social.

E isso foi feito, tanto que Lina Bo Bardi afirmou ainda que, “por causa da exigência de manutenção do famoso belvedere o prédio do MASP não poderia ter colunas”, daí a principal razão para ter projetado aquele enorme vão livre de 80 metros. (FRÚGOLI, 2000, p.120)

Figura 30- AVENIDA PAULISTA, 1902

Na fotografia da Avenida Paulista, de 1902, tirada da torre da casa de Von Bullow, em primeiro plano vê-se o cruzamento com a Alameda Campinas. É notável que o projeto da avenida foi dirigido às elites da cidade; apenas casarões eram edificadas, representando o poderio dos chamados ‘barões do café’, ao menos até a crise de 1929. Destaque-se também o delineamento do traçado da avenida bem no espigão, deixando-a em linha reta e sem desníveis, o que favoreceu a implantação das linhas de bondes elétricos.

A partir da crise de 29, os chamados barões do café começaram a perder seu poderio econômico e muitas das suas casas na Avenida Paulista passaram a ser vendidas. O capital industrial e financeiro, então emergente, adquiriu muitos daqueles imóveis, começando sua migração do centro velho para o novo eixo econômico da cidade. Tanto isso é verdade que anos depois consolidou-se a Paulista como o grande e mais importante eixo de concentração de empresas e bancos de expressiva participação no PIB nacional.

Ao lado disso também se deslocou para a avenida o setor de comércio e de lazer e cultura. Na virada do século foi instalada a rede elétrica na avenida, o que permitiu a colocação de bondes elétricos ao longo de toda a via. Em 1906 foi inaugurado o Hospital Santa Catarina, em 1919 o Grupo Escolar Rodrigues Alves, e em 1920 o Clube Homs, todos ainda de pé. Também datam dessa época o Colégio Dante Alighieri na Alameda Itu e o Instituto Pasteur, de 1903.

Até mesmo o carnaval de rua paulistano teve seu auge na Paulista. Sevcenko mostra que os famosos corsos carnavalescos na década de 1920 marcaram também a participação da elite da cidade naquela manifestação cultural. Os automóveis, então raros e privilégio dos mais abastados economicamente, ao desfilarem pela avenida mostravam a pujança da cidade e a ocupação elitista do espigão central de São Paulo.

Os edifícios passaram a ser construídos em meados da década de 30. O primeiro foi o Edifício Camille Sabagh, em 37, mais tarde o Anchieta, o Savoy, o Três Marias, o Nações Unidas, o Saint Honoré, o Baronesa do Arary e o Pauliceia. O Conjunto Nacional foi erguido em 56, e em 61 foi inaugurado dentro da galeria o Cine Astor, onde hoje funciona a Livraria Cultura; até 66 foi mantida a Escola de dança da Madame Poças Leitão também dentro da galeria; no Baronesa do Arary morou a famosa atriz Cacilda Becker e funcionou importante loja de confecções Madame Rosita, até o final da década de 70.

Nas redondezas da avenida também se instalaram importantes equipamentos, como o Hospital São Paulo na Rua Frei Caneca, em 1904, os hospitais Matarazzo na Al. Rio Claro, o Pró-Matre, na Al. Joaquim Eugênio de Lima, e as Clínicas, na Av. Rebouças, e ainda a faculdade de Medicina da USP, na Dr. Arnaldo.

A Paulista não assumiu o papel de protagonista das novas centralidades de São Paulo por mero acaso. Primeiro, sua localização no principal espigão geográfico da cidade, já induzia para uma ocupação elitizada, por ser um lugar alto e por isso livre de problemas de inundações em época de chuvas fortes, como no verão, problema que afetava – e lamentavelmente ainda afeta – parcela significativa da população da cidade. Além disso, estava ao lado do centro velho, o que facilitava o deslocamento para as relações e transações comerciais e financeiras mantidas no antigo ‘triângulo’. Por ser um espigão, facilitava também a instalação de linhas de bonde elétrico, pois que era uma via sem desníveis a serem vencidos pelos precários veículos da época. Por último, foi uma das raras vias projetadas desde seu início. Quando Joaquim Eugênio de Lima a projetou e com seus parceiros comerciais a instalou, nada havia no lugar. Assim, puderam concebê-la sem qualquer obstáculo físico, fazendo o melhor desenho urbano que poderia ser feito para uma via que se destinava a abrigar moradias da alta classe paulista, concentrando o grande capital de então, não apenas dos chamados ‘barões do café’, mas também dos industriais e comerciantes emergentes da cidade.

Assim, a Paulista foi crescendo e se consolidando na cidade, até ganhar corpo definitivamente com a decadência do centro velho.

Figura 31- AVENIDA PAULISTA, 1992

Fonte: Lorca, 2013, p. 199

Nessa vista da Avenida Paulista, de 1992, a avenida já está tomada de prédios nos seus dois lados, destacando-se na morfologia urbana como espigão, centro do capital financeiro e de grandes conglomerados econômicos.

Da mesma forma como o eixo Paulista atraiu o grande capital, o comércio e o lazer, se transformou também no grande centro de concentração de protestos e reivindicações sociais e políticas. Não obstante a avenida contar com onze hospitais, comumente manifestações e concentrações públicas bloqueiam-na nos dois sentidos, causando transtornos imensuráveis à cidade e aos negócios que nela se concentram. De qualquer forma, é o lugar que o paulistano escolheu como o melhor para causar impacto às suas reivindicações. De fato, certamente uma manifestação em lugar distante e sem muita atratividade não causaria a repercussão que um ato na Paulista causa, apesar dos transtornos. Assim, desde a popularmente denominada Parada Gay até manifestações de menor porte encontram na Paulista o seu lugar de encontro, e é compreensível que seja assim. Movimentos sindicais, comemorações de torcidas de futebol, protestos culturais e até desfiles de moda parece só terem sentido se forem feitos na Paulista.

Outro caso tem sua importância na construção das novas centralidades de São Paulo: a Av. Luis Carlos Berrini e a Marginal de Pinheiros. Ambas nasceram resultantes do

movimento de construção de novas vias na cidade durante o regime militar. Como já visto era a época das grandes obras urbanísticas, que representassem a ‘modernidade’.

Figura 32- AVENIDA LUIS CARLOS BERRINI ATUALMENTE

Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Berrini_Brooklin_Novo.JPG, Edifício Plaza Centenário no Brooklin Novo, São Paulo Brasil. Acessado em mai/2013

Na fotografia acima da Avenida Luis Carlos Berrini, atual, surge sua exuberância pela arquitetura ‘moderna’; por baixo do canteiro central da avenida, onde se vê um pórtico de propaganda, passa o Dreno do Brooklin, que foi canalizado para a construção da avenida, sistema adotado em muitos outros fundos de vale e que é também mais um motivo de transbordamento dos principais rios da cidade quando da ocorrência de chuvas em maior volume.

A Berrini foi implementada pelo empreendedorismo do escritório de arquitetura Bratke Collet. Os arquitetos Carlos e Roberto Bratke e Francisco Collet resolveram mudar seu escritório da região da Avenida Paulista para a Rua Funchal, em 1975. O local era conhecido como Dreno do Brooklin, pois que recolhia as águas de toda a região. A avenida foi construída sobre esse dreno, existente ainda hoje, mas canalizado. No mesmo ano de 75 aquele escritório construiu o primeiro dos muitos edifícios que viriam a ser erguidos ao longo da avenida. Apenas o arquiteto Carlos Bratke projetou mais de cinquenta edifícios ao longo

daquele eixo urbano. A paisagem urbana que prevalece na avenida remete à ideia de modernidade, tecnologia e segurança. Suas fachadas envidraçadas, cada uma de uma coloração, espelhos refletindo os prédios vizinhos, jardins na entrada, tecnologia para controle do acesso aos edifícios e vasta oferta de garagens em seus subsolos dão a conotação de que ali está inserida no contexto da metrópole um território moderno, onde a vida se encontra mais facilmente com os valores da modernidade.

Da mesma forma como ocorreu na Paulista, a ida para lá de grandes corporações empresariais acabou por atrair vasto comércio de serviços, como restaurantes e lanchonetes, estacionamentos, pequenos salões de beleza, oficinas e que tais. Todavia, diferentemente da Paulista, ao cair da tarde a avenida se esvazia completamente, deixando um vazio urbano onde não há vida, onde não há gente, onde não há qualquer movimento. As lindas fachadas passam a refletir apenas a luz da lua e da rua, aguardando ansiosamente pela próxima aurora.

Figura 33- MARGINAL PINHEIROS

Fonte: Look Fotografia. Disponível em <http://riofotografico.com.br/f17/sao-paulo-conjunto-arquitetonico-visto-com-outros-olhos-15746/>. Acessado em mai/2013

A fotografia tirada a partir da Marginal Pinheiros, no seu lado direito, surgem a bonita imagem desses imponentes edifícios, na Avenida Berrini. É essa faixa de terra entre a

Marginal Pinheiros e a avenida Berrini que foi criada pela retificação do Rio Pinheiros, cujas obras são retratadas na Figura 34, abaixo.

Aquele eixo urbano formado pelas avenidas Berrini e Marginal Pinheiros tem a peculiaridade de ser delimitado por duas avenidas paralelas entre si e que por sua vez, existente entre as duas avenidas é que configuraram aquela nova centralidade de São Paulo e levaram consigo novos grandes empreendimentos comerciais, como os dois shopping centers vizinhos entre si, Morumbi Plaza e Market Place, e que de certa forma representam o ponto final daquele eixo, cujo início é a Avenida dos Bandeirantes, antiga Avenida da Traição (nome do córrego canalizado por baixo dela), que foi um dia um verdadeiro parque natural com corredeiras e árvores, onde as crianças do bairro se esbaldavam com as brincadeiras no meio do parque.

Figura 34- RIO PINHEIROS, 1940

Fonte: São Paulo/Secretaria Estadual de Energia e Saneamento, 2013, p.41

O Rio Pinheiros, em 1940, com as obras de retificação próximas à Usina da Traição, onde hoje está a Ponte de acesso à Av. dos Bandeirantes (antiga Av. da Traição). Esse foi o trecho onde tiveram início as obras de retificação, uma vez que era parte prioritária para o empreendimento da Light, conhecido como Projeto da Serra. Esse projeto tinha como meta

principal captar água no planalto e levar por dutos até a Baixada, na cidade de Cubatão, para gerar energia na então usina Cubatão, atual Henry Borden.

Essa ocupação teve início a partir das obras de retificação do Rio Pinheiros, que tiveram início no primeiro quartel da década de 30. Obras de retificação de rios, aliás, são fruto de um pensamento disseminado pelo sucesso do Plano Haussmann, em Paris. Na Cidade Luz a abertura de grandes, largas e arborizadas avenidas causou impacto em todas as grandes cidades do mundo, e seus administradores passaram a ver naquele projeto um modelo de urbanismo moderno a ser copiado.

Assim, passou-se a pensar no aproveitamento das várzeas dos grandes rios existentes nas cidades brasileiras e em São Paulo especificamente, para construir grandes, largas e arborizadas avenidas. E partiu-se para esse tipo de obra.

Figura 35- RIO PINHEIROS, DÉCADA DE 1920

Fonte: São Paulo/Secretaria Estadual de Energia e Saneamento, 2013, p.150

Nesta fotografia da década de 1920, o Rio Pinheiros é visto em seu leito natural, acentuadamente serpenteado. Imaginar duas linhas paralelas traçadas uma de cada lado das curvas do rio seria o bastante para se ter uma ideia da vasta extensão das várzeas do rio que seria sacrificada, extinguindo o reservatório natural que a várzea é em épocas das cheias do leito.

Talvez à época os projetistas não se ativessem para o fato – grave – de que, ao retirar da cidade as várzeas dos rios e ocupá-las com vias pavimentadas, portanto impermeabilizadas, retirar-se-ia as áreas inundáveis desses rios, sacrificando a cidade, pois as águas das chuvas, especialmente no verão, quando pancadas de chuva são registradas historicamente, para algum lugar naturalmente iriam. E passaram a inundar as margens das avenidas colocadas em seu lugar. Ou seja, decidiu-se ocupar inadvertidamente o lugar que a natureza destinou aos rios, e o resultado é esse que trágica e reiteradamente vê-se nas manchetes de todos os jornais entre os meses de janeiro e março no Brasil, quando centenas ou milhares de pessoas perdem suas casas e seus pertencem , e muitas vezes a própria vida, porque as chuvas inundaram seu local de moradia, às margens dos rios.

Figura 36- RIO PINHEIROS, 1936

Fonte: São Paulo/Secretaria Estadual de Energia e Saneamento, 2013, p.151

Aqui aparece o Rio Pinheiros já retificado no trecho próximo à Avenida Cidade Jardim, em 1936. Essa é a configuração atual, e nessas margens artificiais criadas pela

moradia e trabalho; mais tarde o carro cumpriu esse papel. Essa possibilidade fez com que houvesse maior segregação social na cidade, pois os ricos tinham condições de escolher como local de sua moradia bairros mais afastados do centro urbano, onde conviveriam com menores índices de ruído, congestionamento, poluição do ar e que tais (GOTTDIENER, 2010, pp.238-239).

O fato é que esse processo de desconcentração se realizou, e o exemplo mais cristalino é o de Alphaville, uma cidade construída dentro de outra cidade formando um verdadeiro feudo urbano, ao qual o acesso é restrito até mesmo pela arquitetura imponente, entradas controladas, disposição urbanística própria de lugares da elite econômica. Por outro lado, o velho centro, desvalorizado, passava a receber novamente algum contingente populacional, mas de pessoas que não tinham mais onde morar em seus bairros de origem dada à valorização da terra e consequente expulsão de seus habitantes, ou de pessoas que passaram a invadir edifícios desocupados, moradores de rua, quase um *lumpen* nas velhas ruas centrais.

Esse processo de desconcentração é comum às grandes metrópoles. Cidades que antes eram vizinhas à grande cidade, que eram cidades-dormitórios ou distritos industriais, acabam sendo abarcadas pelo crescimento urbano e acabam se juntando fisicamente umas às outras. É o fenômeno conhecido como ‘conurbação’, criando as novas redes urbanas.

São Paulo passou e passa por esse momento, sendo mais clara a existência da conurbação na chamada Grande São Paulo, ou mais precisamente Região Metropolitana de São Paulo, instituída em 8 de junho de 1973 pela Lei Complementar Federal nº 14, em que algumas das 39 cidades vizinhas à cidade paulistana já se unem por avenidas pelas quais sequer se percebe estar-se mudando de um município ao outro, como ocorre com os municípios de Osasco, Guarulhos, Francisco Morato, Santo André e São Bernardo do Campo, além de outros. O mesmo se vê na Região Metropolitana de Campinas, cujos municípios vizinhos àquela cidade a ela já se uniram por vias rápidas de acesso e transporte público, e nas Regiões Metropolitanas do Vale do Paraíba e da Baixada Santista.

5 A PRAÇA DA SÉ PÓS METRÔ: REFORMADA OU DEFORMADA?!

José Vicente de Faria Lima, prefeito de São Paulo na época, assina constituição do Metrô em 1968

Figura 38- CRIAÇÃO DA COMPANHIA DO METRÔ

Fonte: Wilmar Santin. Disponível em <http://www.flickr.com/photos/wsantin/4517355847/>. Acessado em set/2013

As obras para a construção da Estação Sé do Metrô tiveram início na década de 1970, quando a praça vivia total desvalorização e decadência. Curiosamente, 50 anos se passaram entre um e outro momento. Em matéria de economia urbana não que se fosse apegar-se a cálculos aritméticos, obviamente, mas se pensarmos que realmente o capitalismo trafega na história por determinadas ondas de crescimento ou de crises podemos aceitar a ideia de que ocorreu no centro de São Paulo um desses fenômenos. Há que se ter em mente que em 1929 houve a maior crise financeira da história do mundo capitalista, que evidentemente teve início alguns anos antes. No pós Segunda Guerra, já na década de 50, houve crescimento vertiginoso dos investimentos do capital financeiro e industrial para o crescimento econômico de alguns países periféricos, mas com potencial para a acumulação capitalista. A Doutrina Monroe se consolidava no mundo, e os países que tinham nos Estados Unidos sua principal fonte de recursos para a melhoria de infraestrutura visando a concentração urbana de forma a potencializar a produção da mais valia, se ‘beneficiaram’ desses investimentos pela nação ‘amiga’. Não à toa justamente naquela década começaram a ser canalizadas vultosas somas de recursos para os países da América Latina, paralelamente à assunção ao poder de grupos

políticos que atendiam às mudanças estruturais por que passava a fase expansionista do capitalismo mundial. Em todos os países da América Latina foram guindados ao poder central militares ou para militares que estavam afeitos à Doutrina Monroe, como ocorreu também com o Brasil.

Com isso, os países foram recebendo recursos financeiros para grandes obras de infraestrutura, e se endividando ao máximo junto aos fundos internacionais de investimentos e fomento, controlados pelos Estados Unidos e Europa, além de grupos financeiros privados internacionais. Nessa linha, obras de grande porte e de visibilidade foram sendo priorizadas, de forma a darem vazão à acumulação do capital internacional no pós guerra, e ao mesmo tempo passarem a impressão de modernidade posta em curso pelos novos governos que se autoproclamavam austeros, nacionalistas e desenvolvimentistas.

A infraestrutura urbana sempre desempenhou papel fundamental para o desenvolvimento do capital. “A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infraestruturas físicas e sociais fixas”, afirma Harvey (2006, p.149). E isso é o que ocorre nas grandes cidades, centros do capital, com a promoção de investimentos para a realização de obras de mobilidade urbana que tornem mais ágeis os deslocamentos das pessoas que representam, em última análise, a agilização do deslocamento da mão de obra, base da extração da mais-valia e, portanto, da acumulação do capital. O Estado, como visto, sempre foi um dos agentes principais nesse fomento de obras de infraestrutura.

Na cidade de São Paulo foi o que se viu. O centro histórico, depois de várias melhorias ao longo de décadas, foi desvalorizado e colocado em segundo plano pelos investidores e representantes do capital financeiro e industrial, especialmente. Flávio Villaça, no livro organizado por Souza, essa chamada ‘decadência’ do centro velho nada mais é do que o abandono pelas elites daquela área da cidade, que passa então a ser acessível às camadas populares que dele passam a se apropriar. Para o arquiteto, a ‘decadência’ se dá sob o ponto de vista das minorias (SOUZA, 1999, p. 230).

Na Figura 39 (abaixo) a Praça Roosevelt, São Paulo bem ilustra essa afirmação. Laje de concreto armado sem qualquer espaço para recreação, encontro, contemplação etc, o símbolo de como não deve ser uma praça. Espaço totalmente degradado, além de exemplo de equívoco de projeto de praça. Atualmente, a Praça Roosevelt já foi reformada e seu projeto bastante alterado, contemplando espaços para as atividades inerentes a uma praça.

Figura 39- PRAÇA ROOSEVELT, DATA APROXIMADA ANO DE 2002

Fonte:dani.bebiano. Disponível em <http://apontodesign.com/blog/praca-roosevelt-e-os-skatistas/>. Acessado em 07/11/2013

Dado esse fato, era hora de novos investimentos na região, pois que estrategicamente importante para a locomoção da mão de obra na cidade e para agilização de seus deslocamentos. Paralelamente a isso, o regime priorizava obras de visibilidade, notadamente as que dessem certo ar de modernidade que ajudassem a cristalizar a imagem de gestores públicos eficientes aos agentes que detinham cargos executivos na Prefeitura e Governo do Estado. Assim, construir o Metrô de São Paulo era a obra que atendia a todos esses interesses simultaneamente, e ainda de fato contemplaria a cidade com um novo e eficiente sistema de transporte público que há muito se fazia necessário.

Voltando a citar o urbanista Flávio Villaça, o Estado sempre teve controle sobre a produção do espaço urbano, que se dá, segundo ele, por meio de três processos: a localização da infraestrutura urbana, a alocação dos aparelhos do Estado em determinada região e pela dominação da legislação urbanística (SOUZA, 1999, pp.230-231). No que toca a esse ponto em análise, o primeiro dos processos apontados por Villaça e que merece destaque é a localização da infraestrutura urbana. Da mesma forma que se elegem intervenções físicas em áreas consideradas degradadas, com o é o caso do metrô da Sé, o Estado também atua no

sentido de viabilizar a ocupação dos espaços chamados de novos centros, como foi o caso das Marginais, da Paulista e do eixo Berrini. A elite se deslocou para esses novos centros de reprodução do capital, mas colocou no velho centro o papel de aglutinador do massivo deslocamento de mão de obra para todas as regiões da cidade. “A segregação é necessária para que haja dominação através do espaço e através dessa dominação haja apropriação diferenciada do produto do trabalho”, conclui Villaça (SOUZA, 1999, p.236).

Não obstante a Sé ser historicamente, como visto, o principal ponto de encontro de linhas de ônibus para toda a cidade, ponto de táxi e centro nervoso do trânsito de automóveis, compreensível que fosse ali construída a principal estação de metrô da cidade e entroncamento das duas mais importantes linhas. Essa não é a discussão. A questão posta foi a opção pela abordagem mais agressiva à paisagem e à memória urbana. Os técnicos do metrô tinham escolhido o método menos agressivo, mas a decisão política levou à intervenção mais agressiva. Considero que os governantes viram naquela obra a possibilidade de impactar a sociedade, que estava adversa aos seus métodos políticos, de maneira a dar uma demonstração de força de que o governo decidia e fazia do modo que melhor lhe aprouvesse, sem considerar críticas ou ideias contrárias, ainda que isso custasse parte importante da memória paulistana.

A Prefeitura de São Paulo resolveu colocar em curso a construção da estação central da cidade. Foi o Governo Municipal porque à época a Companhia do Metrô era municipal, e a Emurb (Empresa Metropolitana de Urbanização), outra empresa da cidade, era quem gerenciava as obras.

Foi adotado o método da implosão, o que reafirmava a modernidade técnica daquelas obras. A primeira implosão feita foi no Mendes Caldeira, que em segundos estava em ruínas, e transmitido ao vivo pela televisão!

Enorme cratera foi aberta no centro da antiga Praça Clóvis Beviláqua, que até então se ligava com a Praça da Sé, formando uma grande praça central da cidade, referenciada pela Catedral da Sé.

Nas Figuras nºs 40, 41 e 42 pode-se ver essa expressiva alteração de espaço entre o antes e o depois das obras da estação Sé.

Figura 40- CRATERA DO METRÔ

Fonte: Instituto de Engenharia. Disponível em http://www.institutodeengenharia.org.br/site/noticias/exibe/id_sessao/4/id_noticia/5175/CURIOSIDADE-:-Imagens-das-primeiras-obras-do-Metr%C3%B4-de-S%C3%A3o-Paulo. Acessado em 19/abr/2013

Na vista aérea das obras nas praças da Sé e Clóvis Bevilacqua, os prédios já foram demolidos, dentre os quais o Santa Helena. Nesse buraco que foi aberto para as obras do metrô foi construída, antes mesmo do projeto estar concluído e definido, uma enorme laje de concreto que separa horizontalmente os níveis das duas linhas do metrô, a Vermelha e a Azul. Note-se que os edifícios que foram demolidos eram contíguos ao que aparece na foto quase encostado na Catedral, e onde não há obra de escavação alguma, ou seja, a demolição deles

não se deveu à necessidade construtiva das obras da estação, mas a uma decisão política que adotou a a técnica da abertura das valas pela superfície e a consequente demolição de tudo o que houvesse em cima.

Figura 41-PRAÇA CLÓVIS BEVILÁQUA, 1950

Fonte: Lorca, 2013, p. 68

Aqui a vista aérea é da Praça Clóvis Beviláqua, em 1950. Em destaque o imponente Palácio da Justiça, ainda abrigando o Tribunal e em pleno funcionamento; à esquerda o antigo prédio do Corpo de Bombeiros e no cantinho direito uma empena do Palacete Santa Helena. Exatamente onde está a baia de estacionamento é onde foi aberta a cratera na foto anterior, Figura 40.

Figura 42- PRAÇA DA SÉ ATUALMENTE

Fonte: Estação Sudeste, foto sem autoria. Disponível em <http://estacaosudeste.files.wordpress.com/2012/05/sc3a9clc3b3vis.jpg> Acessado em set/2013

Hoje o espaço que ‘uniu’ as duas praças, a Clóvis e a Sé, é repleto de canteiros elevados e esculturas sem qualquer relação de identidade com o local, sob o qual passam os trilhos do metrô, em obra que poderia ter sido feita pelo método shield, sem destruir a paisagem anterior vistas nas fotografias acima, podendo melhorá-la e adaptá-la às necessidades atuais, que não são os canteiros nem os desníveis desmesurados, certamente.

Na sequência abaixo é possível notar a evolução do processo de unificação das praças. Nas duas primeiras fotografias as praças seguem ‘separadas’ fisicamente, mas compoem excelente ambiente urbano central, já que diferentes entre si mas quase contíguas, ambas capitaneadas por edifícios imponentes e marcantes, a Catedral da Sé e o Palácio da Justiça, e fazendo com que esse conjunto espacial cumprisse importante papel de centro cívico e público na cidade. Já na terceira fotografia as praças estão unidas, pós obras do metrô, e embora bonitas visualmente não cumprem mais aquele papel de unidade central da cidade que antes era visto no lugar.

Figura 43- EVOLUÇÃO ESPACIAL DAS PRAÇAS DA SÉ E CLÓVIS

Fonte: MEYER e GROSTEIN, 2010, p. 38

Momento marcante para a divulgação midiática do ‘gerenciamento moderno’ do Estado brasileiro adotado a partir da ascensão política dos militares ao poder foi a demolição do Edifício Mendes Caldeira, na Praça da Sé. Pela primeira vez no país era adotado o método da ‘implosão’, e as imagens fortes geradas pela explosão simultânea de dinamites encravadas em toda a estrutura do edifício realmente eram – e ainda são – impactantes. Sendo as primeiras imagens de tal natureza até então vista no solo brasileiro, causaram o efeito desejado pelo regime, de impressionar as pessoas pela força e pela capacidade de adotar métodos simbólicos do uso da força sem qualquer timidêz.

Como já dito, a demolição do Mendes Caldeira não era necessária para a realização das obras do metrô. Certo é que não se tratava de um edifício que se compunha bem na paisagem, já que de altura inadequada para o gabarito do entorno. Mas estava construído, também expressava de certa forma a pujança da cidade paulistana por ser considerado um arranha-céu, em moda à época pelo mundo a fora, e poderia ter sido mantido. Mas a oportunidade que demolir aquele enorme edifício dava ao regime que buscava se afirmar como ‘moderno’ impingiu a decisão por sua demolição, além de fatores políticos que são vistos em depoimentos mais abaixo.

Figura 44- IMPLOÇÃO

Momento da implosão do Edifício Mendes Caldeira, na Praça da Sé, em 16 de novembro de 1975.

Fonte: Metrô de São Paulo. Disponível em http://www.flickr.com/photos/metropsp_oficial/5199321870/. Acessado em abr/2013

O momento da implosão foi tão importante que até o Prefeito Olavo Setúbal esteve a contemplá-lo, na fotografia abaixo ao lado de sua esposa Dona Tide Setúbal. Essa implosão foi transmitida ao vivo pela televisão para todo o país. A manchete do jornal Folha de São Paulo, de 18/11/1975, foi “O Maior Espetáculo da Cidade”; a do “O Estado de São Paulo”, de 18/11/1975, foi “A grande festa de domingo e seus escombros”. A Revista Veja, edição de 26/11/1975, escreveu que a “demolição levou exatos 9 segundos, 7 décimos e 525 milésimos para demolir os 27 andares do edifício”, e que “enfim, a língua portuguesa se enriqueceu com um brilhante neologismo fadado a brilhante carreira – ‘implosão’”. E ainda que o Prefeito Olavo Setúbal afirmou que a praça da Sé passava por ‘magnífica metamorfose’. Ou seja, a grandiloquência nas páginas dos principais veículos impressos.

Figuras 45- A IMPLOÇÃO E O PREFEITO

Fonte: Reginaldo Manente/Acervo Espaço Memória Itaú Unibanco. Disponível em <http://www.olavosetubal.org.br/prefeito/> . Acessado em abr/2013

A implosão foi mesmo impactante, mas não apenas ela. A demolição do Palacete Santa Helena foi especial. Era um prédio arquitetonicamente marcante na Praça da Sé. Implantado em sentido perpendicular à Catedral, ao seu lado esquerdo, formava com ela um conjunto que conferia ao lugar aqueles inexplicáveis pontos de aconchego urbano existentes nas mais importantes cidades do mundo, para os quais raramente se encontram justificativas plausíveis que não sejam a de que foram obras pensadas e construídas em total sintonia com o seu momento histórico.

Vale reproduzir texto escrito por uma senhora que acompanhou as demolições dos edifícios e escreveu a crônica que segue abaixo:

“IMPLOÇÃO DO EDIFÍCIO MENDES CALDEIRA

‘No ano de 1970, eu estava com 15 anos e fui trabalhar em um escritório de advocacia no Edifício Mendes, 16º andar Doutores Milton Saad e Gilberto Saad.

Gostaria de lembrar também que no 19º andar do Edifício Mendes Caldeira, ficavam as instalações da então Rádio Marconi de São Paulo. E que essa Rádio sofria uma certa perseguição por parte do Regime Militar.

O Mendes Caldeira ficava na Rua Santa Teresa, 20, local exato onde hoje se encontra o conjunto maior de escadas rolantes da estação Sé do Metrô.

“Do Largo São Francisco à Praça João Mendes e à Sé dirigindo-se ao sul através do Largo 7 de Setembro e Liberdade. Da Sé para o Pátio ou para a zona oeste através da Clóvis Beviláqua ou a rua Tabatinguera ou a avenida Rangel Pestana.

A Sé estava inserida num sistema coeso de espaços abertos, largos e praças que se ligavam através de pequenas estradas edificadas que facilitavam o fluxo e o uso dos locais pelos pedestres.” (texto sem autoria indicada, atribuído apenas ao projeto marco zero)

Fonte: Texto sem autoria. Disponível <http://projetomarcozero.wordpress.com/4/>. Acessado em dez/2103

O espaço físico que interligava essas edificações era a Praça da Sé. Além desse lugar atrair as pessoas para o convívio diário, reunia também incontáveis salas e conjuntos comerciais onde se instalavam os mais diversos profissionais como advogados, médicos, contabilistas, guarda-livros, artistas, literatos, pequenas gráficas e jornais, ateliês, alfaiates, livreiros etc.

O comércio também era intenso nesse lugar, aliás como ainda hoje é, congregando farmácias, lojas de roupas masculinas e femininas, de joias, bares e restaurantes, livrarias e sebos e outros tantos segmentos. Essa infinidade de atividades atraía as pessoas de todas as partes, e com elas o transporte coletivo e individual, fotógrafos, floristas e tudo o mais.

Nesse intenso *locus* de atividades e pessoas destacava-se o edifício Santa Helena.

Figura 47- PALACETE SANTA HELENA, DÉCADA 1920

Fonte: Lucia Zanetti. Disponível em <http://luciazanetti.wordpress.com/2013/01/20/show-da-banda-the-clevers-e-exposicao-fotografica-no-mercadao-de-sao-paulo/>. Acessado em abr/2013

Na Figura 47, fotografia do final da década de 1920, o Palacete Santa Helena tem diante de si um pátio onde ficavam os pontos de ônibus e eram estacionados os carros. Nesse exato local hoje existem vários patamares e desníveis, entremeados de canteiros com alturas diferentes, espelho d'água e muitos degraus. Não se tem a referência visual e delimitação de espaço como nessa foto, perdendo-se a escala do homem, dificultando a sensação de pertencimento do espaço. Merece destaque a presença de um simples banco de cimento no espaço, onde três pessoas estão sentadas parece que para descansar. Hoje essa função de praça é quase inexistente, apesar dos materiais e desenhos mais nobres utilizados nos bancos, mas onde as pessoas não se sentam.

Inaugurado em 1925, abrigava todo tipo de gente e de atividade, a ele afluíam os operários do centro da cidade e a elite paulistana, os cafés eram o centro de acaloradas discussões políticas. Sindicatos de trabalhadores se instalaram em suas salas, jornais de esquerda ali funcionavam, jovens advogados trabalhistas montaram suas pequenas bancas e artistas de origem operária viram naquele edifício suas nascentes carreiras florescerem.

Figura 48- SANTA HELENA – DETALHES

Vista de porta interna do teatro, toda em ferro fundido trabalhado, representando o luxo que era o teatro.
Fonte: Malta Campos et al, 2006, p.126.

Figura 49- PORTAL CINE-TEATRO SANTA HELENA

Fonte: Malta Campos et al, 2006, p.127

O edifício continha ainda, no seu andar térreo, o Cine-Teatro Santa Helena, que foi a primeira sala em São Paulo que unia as duas artes, cinema e teatro. Era uma sala suntuosa e luxuosa, com vitrais trabalhados, esquadrias de ferro nas portas e janelas com detalhes ricos feitos por serralheiros artesãos, como os portais das Figuras 48 e 49. Nessa última, na parte de cima da porta, vale o destaque para o letreiro ‘Theatro’, com letras desenhadas que acompanham a curvatura do vitral existente na parte superior. O Edifício ainda tinha lojas e escritórios, o que fez dele o primeiro edifício multifuncional, como se denomina atualmente esse tipo de empreendimento.

Dois desconhecidos pintores de parede que montaram ateliês por lá viriam a ser os famosos e importantes artistas Francisco Rebolo, Clóvis Graciano e Alfredo Volpi. Junto com outros colegas criaram na sala 231 em 1933 o que passou a ser conhecido como o ‘Grupo Santa Helena’, agrupamento de artistas oriundos da classe operária de São Paulo e claramente identificados com a chamada esquerda no campo político.

“A Revolução Russa de 1917 foi uma referência importante para muitos daqueles intelectuais e artistas, como fora a Revolução Mexicana e, depois, o movimento aprista de Haya de La Torre, no Peru, a partir de 1930. Em São Paulo, tais movimentos ganhavam repercussão e reboavam na praça da Se, nos jornais, nos sindicatos e nos partidos. ...Nesse contexto, o Grupo Santa Helena, menos comprometido com as oligarquias, absorveu mais intensamente os impulsos da sociedade civil que começava a se esboçar no centro da cidade.” (MALTA, 2006, p.183)

Não bastassem esses fatos, a Catedral da Sé, igualmente com obras de ampliação concluídas no mesmo período, sempre foi o principal centro de atração de católicos de todo o país e também de turistas pela sua beleza e imponência. Na década de 70 ganhou especial notoriedade e importância quando, em plena ditadura militar, passou a dar guarida a grupos de esquerda que em seu interior buscavam e encontravam refúgio seguro. Além disso, a Igreja Católica no Brasil respirava os ares que se espalhavam por toda a América latina da chamada Teologia da Libertação, opção adotada de clérigos de exercer sua atividade teológica voltada às camadas mais pobres da sociedade. E um dos centros dessa atuação foi a Catedral da Sé, principalmente em função da atuação do arcebispo Paulo Evaristo Arns.

Voltando àquela década de 70, os graves problemas estruturais da sociedade brasileira foram emergindo, à mercê das políticas públicas de comunicação de massa consagradas pela enganosa expressão do ‘milagre brasileiro’. Como dizia o então superministro Delfim Neto, uma das vozes da ditadura, o povo precisava esperar o bolo crescer para depois ser repartido entre todos.

No Brasil também começou a ser visto o nascimento de movimentos sociais urbanos de resistência à continuidade daquela situação de, por um lado, total cerceamento das liberdades individuais e democráticas, e por outro de extremo agravamento das condições econômicas da população em geral, da chamada ‘carestia de vida’. A já citada Maricato indica a queda do valor real do salário mínimo: adotando como índice 100 em 1960, no ano de 1974 esse índice cairia para 54, ou seja, a renda real do trabalhador caiu para a metade em apenas 14 anos. (MARICATO, 1987, p.60)

Vários segmentos da sociedade se organizavam em grupos que, mesmo sob a ameaça, que por vezes deixou de ser apenas ameaça, passaram a interferir na vida política do país, levando ao conhecimento da população a realidade concreta. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram importantíssimo papel na organização da sociedade, aglutinando as pessoas em torno de propostas de mudança da realidade social do país nos mais variados setores da sociedade. (ANSARA, 2009)

Como consta do livro organizado pelo Cardeal Arns, mesmo sendo um período marcado por inflação alta, os trabalhadores conseguiam reajustes salariais equivalentes ao aumento do custo de vida.” (ARNS, 1985, p.58)

O ‘movimento contra a carestia’ foi talvez o mais expressivo daquele momento, e certamente o mais aglutinador. Uniu donas de casa a trabalhadores, estudantes e intelectuais,

artistas e políticos então reunidos sob a bandeira do MDB, o Movimento Democrático Brasileiro, o único partido de oposição permitido pelas normas então em vigor. Foi às ruas e denunciou a situação dramática por que passava o país, e frutificou, espalhando sementes que passaram a semear a formação de outros grupos por todo o país.

Um dos segmentos que passou a se articular a partir daquele momento histórico foi o que reunia as pessoas desprovidas de moradia. Os movimentos sociais por moradia começaram a ser vistos nas regiões metropolitanas, e a situação de extrema precariedade que existia até então apenas nos interstícios da cidade passou a ser conhecida pela sociedade de forma geral.

Enquanto a luta pela democratização do país caminhava a passos seguros, a ditadura reagia cada vez com mais violência e o estado de exceção se sobrepunha aos interesses das camadas populares. Arbítrio de toda ordem, prisões sem qualquer respaldo legal, tortura e mortes nos quartéis da ditadura procuravam frear o avanço da luta social que a cada dia conscientizava mais e mais setores sociais da nua e dura realidade brasileira, agregando mais pessoas às causas políticas e econômicas.

Numa análise feita no início do presente século as autoras Alessandra Carvalho e Ludmila Catela fazem interessante consideração sobre a data em que é celebrado o golpe, ou melhor dizendo, sobre a falta de manifestações populares que relembrem a data como um momento histórico a não ser repetido no país. Não há registros de “rituales ni expresiones públicas de la sociedad que tengan continuidad y fuerza de expresión” (CARVALHO; CATELA, 2002, *apud* JELIN, 2002, p. 239). Apontam as autoras várias possíveis causas dessa ausência de destaque para essa memória coletiva, mas afirmam que uma das características nossas é que “SUS silêncios y olvidos aparentes, es la falta de instancias de unificación simbólica”.

De qualquer forma, apesar da importância para a memória da cidade, a reforma foi feita, sob a égide do governador Paulo Egídio Martins, nomeado pelo Governo Federal. O partido arquitetônico adotado e efetivado foi o de segmentar aquele antigo cimentado amplo por pequenos trechos, divididos em patamares em desníveis, de maneira a dificultar a aglomeração de gente no antigo e tradicional palco das manifestações políticas da cidade.

Vários projetos foram feitos até se chegar ao final. O primeiro projeto contratado teve a autoria de Roberto Burle Marx, o mais notável paisagista brasileiro. Antes, porém, os técnicos da própria Companhia do Metrô realizaram os estudos originais. Seu responsável era o Eng. Roberto Macfadden e os primeiros estudos recaíam apenas sobre a Praça Clóvis Beviláqua.

Posteriormente, as ideias passaram a abarcar também a Praça da Sé, aproveitando o ensejo para realizar uma ampla reestruturação urbana no centro. Partiu-se, assim, para a incorporação das duas praças com a demolição da quadra existente entre elas, onde havia vários edifícios importantes para a cidade, inclusive o Santa Helena. (MILANESI, 2002)

Foi então que Burle Marx foi contratado. Seu projeto propunha “dois setores distintos em níveis bem demarcados”. Na saída próxima às ruas Benjamim Constant e Barão de Paranapiacaba, o piso seria estendido até os edifícios lindeiros para uso exclusivo de pedestres, sem passagem dos automóveis. Do outro lado da praça, junto à Av. Rangel Pestana, haveria a plantação de grande número de árvores, a fim de definir uma ‘massa arbórea’ dando um contorno à praça. Em frente ao Palácio da Justiça, ele sugeriu criar ‘um espaço para eventos cívicos, com árvores e bancos. Junto ao acesso norte da estação seria mantido o histórico ponto de encontro.” (Jornal da Tarde, 07/05/1976, *apud* Milanesi, 2002, 142/143)

Ocorreu, todavia, que as ideias do Burle Marx não agradaram a administração municipal e o então Prefeito Olavo Setúbal decidiu passar a coordenação do projeto para a Emurb. Sob a coordenação técnica dos arquitetos José Eduardo de Assis Lefèvre e Antonio Sérgio Bergamin, o principal objetivo naquele momento era o de afastar o trauma causado com a reforma da Praça Roosevelt, que colocou uma enorme laje de concreto armado sem qualquer vestígio de vegetação.

Fato é que havia certo clamor popular para que se evitasse a qualquer custo outra obra como a da Praça Roosevelt. Muito embora os arquitetos da Emurb tivessem abandonado o estudo de Burle Marx, procuraram pacificar a opinião pública demonstrando que não seria repetido aquele erro. Propuseram quedas d’água, patamares entre os desníveis e as esculturas, como se vê ainda hoje. Alguns elementos do projeto de Burle Marx foram mantidos, mas sem qualquer coesão urbanística. O resultado não poderia ter sido pior, recebendo críticas de arquitetos importantes, como visto às páginas 50/51 deste trabalho.

Além de todas essas críticas ao projeto arquitetônico da praça em si houve ainda, segundo os governantes, a ‘necessidade técnica’ de demolir aqueles edifícios que ficavam entre as duas praças, dentre os quais o Palacete Tina, o Conjunto D’Argenzo, o Edifício Mendes Caldeira, e o mais emblemático e importante de todos, o Santa Helena.

Muito se discutiu à época sobre o mais adequado método a ser utilizado para a realização das obras do metrô. Havia duas possibilidades: abrir-se de cima para baixo os vãos por onde os trilhos passariam, rasgando-se as ruas e praças a partir de seu asfalto, método chamado de ‘Cut and Cover’, ou utilizando-se o popularmente conhecido ‘Tatuzão’, ou em linguagem técnica, o método ‘Shield’, de escavação subterrânea sem destruição da superfície.

Em depoimento feito pelo então Engenheiro do Metrô Flávio Musa, ele relata num linguajar coloquial essa questão. Diz ele:

“O projeto dos engenheiros da Hochtief, renomada construtora internacional, para o trecho São Bento-Sé era de construção em “Cut and Cover” (construção em valas abertas) inclusive para a Rua Boa Vista, estreita e ladeada por prédios antigos e de razoável altura.

“O Túbio, claro, concordou comigo que isto era loucura e que a única alternativa possível (que eu já conhecia de outros metropolitanos como o de Paris e em particular de Londres) era a construção em túnel e usando a perfuração em “Shield”. Eu, sem quaisquer peias ou meias-medidas, falei isto para o Quintanilha. Entre o mequetrefe eu e a poderosa Hochtief ele vacilou; afinal era Advogado e não Engenheiro, e vi que a coisa assim não funcionaria; escrevi um memorando para ele enfatizando os perigos e que rachaduras e até quedas parciais e totais dos prédios seriam fatais para o projeto e redundariam em pesados gastos para a Prefeitura.

“Após muitos embates e discussões, o Engenheiro Faria Lima entendeu que nossa proposta era a única possível, e o trecho central Luz-São Bento-Sé-Liberdade passou a ser projetado em “Shield” (Tatuzão).” (MUSA, 2013- depoimento enviado por meio eletrônico pelo engenheiro a este pesquisador, em setembro de 2013.)

O destaque dessa escolha foi que o mais emblemático edifício da Praça foi ao chão, o Palacete Santa Helena, embora não fosse necessário, como se vê do depoimento do Eng. Musa acima copiado. Se na rua Boa Vista, estreita e com edifícios históricos em ambos os lados o método utilizado foi o Shield, com pleno êxito, o que se diria da Sé? Embora a Sé seja uma estação e não apenas uma rua, essa assertiva é cabível pelo fato de que exatamente sob onde estavam aqueles edifícios ladeados ao Santa Helena terem sido construídos apenas corredores e hall de acesso às plataformas, podendo ter sido por isso utilizado o método shield, como ocorre atualmente na linha Amarela do metrô, cujas estações que ainda estão em obras são vistas por dentro dos trens quando nelas se passa, sem que tenha qualquer abertura no teto que forçosamente teria se fosse pelo método da vala aberta.

Foi adotado o método da implosão, o que reafirmava a modernidade técnica daquelas obras. A primeira implosão feita foi no Mendes Caldeira, que em segundos estava em ruínas, e que foi transmitida ao vivo pela televisão em rede nacional! Isso foi em 1975 e a técnica até então inédita no Brasil utilizava dinamites colocadas em pontos chave da estrutura do edifício. A transmissão ao vivo pela televisão para todo o país passava a mensagem subliminar de modernidade adotada pelo governo na gestão da coisa pública.

Figura 49- FUMAÇA DA IMPLOÇÃO

Fonte: Acervo Memória Metrô, sem autoria da foto. Disponível em <http://saudadesampa.nafoto.net/photo20100911124705.html>. Acessado em abr/2013

Figura 50- PRAÇA CLÓVIS

Fonte: Foto sem autoria. Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=95116582>, segunda foto. Acessado em 8/nov/2013

Reitere-se que era possível fazer a Estação Sé do Metrô mantendo-se pelo menos algumas das construções que foram demolidas, tanto que na Figura 50 pode se ver a cratera já aberta e lajes da estação sendo construídas, mas com o Edifício Mendes Caldeira ainda de pé.

Evidente ter sido uma decisão mais política do que técnica. O Santa Helena representava um pensamento da esquerda intelectual brasileira, e de um passado em que a elite paulistana frequentava o centro velho e o maravilhoso teatro que havia lá dentro, o Cine-Teatro Santa Helena e seus cafés.

Figura 51- ENTULHO MENDES CALDEIRA

Fonte: Lucchese, Cecília. A construção da linha azul – linha 1 – do metrô de São Paulo, disponível em <http://theurbaneearth.wordpress.com/2009/10/11/a-construcao-da-linha-azul-linha-1-do-metro-de-sao-paulo/>, acessado em 19/abr/2013

Uma verdadeira montanha de entulho resultou da demolição por implosão do Edifício Mendes Caldeira, construção que existia há apenas dez anos, demolição essa que expressou ar de modernidade aos governantes da época, dentro de um contexto em que essa ideia era fundamental para dar imagem de vanguarda a um regime totalitário.

O Mendes Caldeira foi saudado à época como o grande edifício do centro de São Paulo. Anúncio publicado em jornais como o Correio Paulistano e O Estado de S. Paulo em junho de 1960 adotam o lema “*O maior negócio do Brasil*“. O Mendes Caldeira surgia como o maior arranha céu já construído na região da Praça da Sé. Naquela época só havia prédios

baixos ao redor da Catedral Metropolitana de São Paulo, e o novo e moderno edifício, com sua ousadia, prometia ter suas unidades vendidas em tempo recorde. Assim, da mesma forma que sua construção representava certa grandiosidade, sua demolição também teria esse aspecto. O maior edifício do centro da cidade podia demolido, em segundos, por decisão dos governantes.

No "centro do centro" de São Paulo

O MAIOR NEGÓCIO DO BRASIL!

EDIFÍCIO WILSON MENDES CALDEIRA
PRACA DA 15, C/O. DE SANTA TEREZA

CONJUNTOS IDEIAS PARA:

- Advogados
- Administradores
- Engenheiros
- Escritórios
- Cursos de extensão
- Comércio
- Indústria
- Residência
- Engenharia
- Escritórios
- Indústria
- Residência
- Comércio
- Indústria
- Residência

ADQUIRIDO POR JOSÉ SALZBURG & BICMAN RODRIGOS

ENGENHEIROS CONSTRUTORA PAULO GZIO S.A.

• O prédio mais moderno e funcional da São Paulo
• Totalmente "Self-Controlling"
• Facilidade de acesso e de estacionamento
• Espaço de lazer completo
• Elevadores "Elevators" com "air conditioning"
• Sistema de ventilação, ar condicionado de resfriamento
• Sistema de iluminação elétrica e telefônica
• Sistema de segurança - 24 horas de vigilância

ENTREGA DENTRO DE 8 MESES

NO PONTO DE ENCONTRO DE MAIS DE 100 BAIRROS!
NO PONTO-CHAVE DAS ZONAS BANCÁRIA E JUDICIÁRIA

CONJUNTOS DESDE R\$ 750.000,00

- 10% em entrada
- 20% em 12 meses
- 10% em 24 meses
- 10% em 36 meses
- 10% em 48 meses
- 40% em parcelas com 4 anos

PREÇOS SEM REAJUSTE!

BOLSA DE IMÓVEIS

Endereço de quem quer ver o "terroir de vista", de quem quer comprar - PRACA DA 15, C/O. DE SANTA TEREZA

Praca da 15 - no ponto Edifício - tel. 36-5381 • Rua Barão de Itapetatinga, 275 - 13.º andar - tel. 32-2388 • Av. Higienópolis, 412 - tel. 36-5381

Figura 52- CLASSIFICADOS MENDES CALDEIRA

Fonte: Jornal O Estado de São Paulo. Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/reclames-do-estadao/2011/02/25/edificio-mendes-caldeira/>. Acessado em abr/2013

Figura 53- FACHADA PALACETE SANTA HELENA

Fonte: Foto publicada pela Sra. Eli M. de Moraes. Disponível em <http://saudadesampa.nafoto.net/photo20080315162234.html>. Acessado em abr/2013.

Aqui o Palacete Santa Helena resplandece em toda sua imponência a se destacar na paisagem da praça e dar referência visual, definir limite espacial, criar ambiente acolhedor na praça pela sua existência em si, sua beleza, seus detalhes construtivos ricos, seu ‘deitar sobre a praça’, coisas que se perderam por completo com a nova praça.

Ainda sobre a importância do Palacete Santa Helena para o morador da cidade de São Paulo, destaque-se outro comentário acerca de sua demolição e da nova praça que surgiu no lugar com as obras do metrô:

“Nos seus menos de cinquenta anos de vida, o Santa Helena ficou conhecido por abrigar em suas inúmeras salas as sedes de diversos sindicatos, e também por sediar o famoso grupo de pintura que leva seu nome – o Grupo Santa Helena.

‘Em 1971 caminhavam em ritmo acelerado obras da primeira linha do metrô de S. Paulo (a linha Norte-Sul), e o método de construção utilizado era o seguinte: arrasar tudo o que estava no caminho da linha (e também nos lados). Na praça Clóvis seria construída a estação principal do sistema (chamada na época de estação Praça Clóvis).

‘Na época o país vivia duas ditaduras: a ditadura militar, que sufocava as manifestações de oposição a qualquer ato do regime, e a ditadura da arquitetura modernista. Os propagandistas do modernismo baseavam sua estratégia de marketing não nas virtudes da arquitetura moderna, mas na desqualificação dos estilos anteriores. No ano de 1971, atuavam em São Paulo dois órgãos de preservação do patrimônio: o recém-criado Condephaat (que nada tinha feito até então) e o Iphan.

‘ O último era reduto dos modernistas, que defendiam que apenas dois estilos arquitetônicos eram dignos de preservação: o colonial e é claro, o deles, o moderno. E mesmo assim, os burocratas do Iphan só achavam que valia a pena preservar os

exemplares mais sofisticados da arquitetura colonial, ou seja, os que havia na Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais, de forma que eles não estavam nem aí para o resto do Brasil, inclusive São Paulo.

‘E assim o Santa Helena foi demolido, sem a menor voz de protesto ou de oposição. Procurei nos jornais da época alguma manifestação de repúdio à demolição do Santa Helena, mas não encontrei nada. Até as esculturas e portas de ferro sumiram, só restaram mesmo as fotografias..

‘Para concluir, infelizmente 35 anos após a destruição do Santa Helena (e de vários outros prédios importantíssimos da região da Praça da Sé), o metrô continua com a mesma mentalidade. Já derrubou um dos últimos casarões da Rua da Consolação e está tentando a todo custo derrubar o Hotel das Bandeiras, que tem sido objeto de uma dura luta pela sua preservação.”

Jorge, www.preservasp.org.br

Fonte: disponível em <http://skyscrapercity.com/member.php?u=47449>, acessado em 20/dez/2013

Figura 54- PRAÇA DA SÉ COM O SANTA HELENA

Fonte: Associação Preserva São Paulo. Foto sem autoria. Disponível em http://www.preservasp.org.br/2013_23_informativo.html, figura 14. Acessado em abr/2013

Nesta outra fotografia do Santa Helena, por volta de 1922, em fase final de acabamento de sua fachada principal, aparece a Catedral também em obras, com o amplo pátio formando seu adro e o Palacete Santa Helena a emoldurando pelo lado esquerdo na foto. Esse tipo de ambiente urbano em que uma praça ou o adro de uma igreja fica envolvido por construções importantes quase sempre resulta em local de aconchego para os usuários, pois causam o mesmo tipo de sensação que camas encostadas ao menos numa das paredes do quarto causa a quem nela se deita, pois isso passa segurança, conforto e proximidade. O

espaço resultante das obras do metrô desprezou por completo essa característica anterior da praça.

Figura 55- CINE-TEATRO SANTA HELENA

Fonte: Giane Pereira Soares. Disponível em <http://gianepereirasoares.blogspot.com.br/2012/11/ainda-ontem.html>. Acessado em set/2013

Essa vista interna do cine-teatro Santa Helena, com capacidade para 1.500 pessoas, mostra as galerias e frisas. Estilo art decò tinha riqueza nos ornamentos e revelava o gosto da elite paulistana que o frequentava, até fins dos anos 50 quando começou a degradação do centro histórico. Na época o teatro fechou e o espaço interno foi sublocado sucessivas vezes para todos os tipos de atividades, menos teatrais, o que causou maiores danos ainda ao já degradado edifício.

Figura 3. Francisco Rebolo, *Praça Clóvis*, 1944, óleo sobre tela, 66 cm x 77 cm.

Figura 56- TELA DE REBOLO

Tela de Francisco Rebolo, um dos artistas do Grupo Santa Helena, datado de 1944, retratando a antiga Igreja da Sé.

Fonte: Malta Campos et al, 2006, p.191

Figura 2. Giuseppe Pancetti, *Praça Clóvis vista do Edifício Santa Helena*, 1944, óleo sobre tela, 36 cm x 43,5 cm.

Figura 57- TELA DE PANCETTI

Tela de Giuseppe Pancetti, outro artista do Grupo Santa Helena, datada de 1944, retratando a Praça Clovis vista do Palacete Santa Helena

Fonte: Malta Campos et al, 2006, p. 190

No aspecto do projeto arquitetônico em si da praças da Sé e Clóvis, destaque-se que no Urbanismo existe uma vertente chamada normalmente de Desenho Urbano, que estuda e propõe que os urbanistas ‘desenhem’ a cidade e não apenas a pensem em termos sociológicos. Então, cada traço tem sua importância no contexto urbano, em seus menores detalhes.

Pensando a Praça da Sé em termos de Desenho Urbano, podem-se apontar inúmeros ‘equívocos’ em seu projeto, como a seguir.

Começando por uma citação de Gordon Cullen, em que ele diz que a

“noção de cidade como um local de reunião, de contato social, de ponto de encontro, foi assumida através da história da nossa civilização até o século XX. Essa reunião poderia surgir tanto no Fórum de Pompeia como à volta do pelourinho.” (CULLEN, 1971, p. 105).

O homem é gregário por natureza e guiado por suas emoções, que se dão também em função do que vê ou encontra em seu dia a dia ao andar pela cidade para realizar suas funções normais. Portanto os detalhes no desenho da cidade perpassam por essas emoções, e a arquitetura tem vital importância na criação desses vínculos emocionais entre os homens e seus espaços.

Pode-se, assim, criar espaços de aconchego, de bem estar, de sossego, como também de amplitude e liberdade, de alegria ou de tristeza. Há propostas para realizar essas coisas de forma fática, muitas das quais recebem nome no meio do desenho urbano. São artifícios utilizados para a criação de determinados espaços na cidade.

Ponto focal, visão serial, enclaves, recintos, delimitações e barreiras, desníveis, entrelaçamento, perspectivas, defecção, saliência e reentrâncias, pontuação, ponto infinito e tantos outros.

Tomando-se o primeiro elemento indicado, o Ponto Focal, a Praça da Sé, padece exatamente dessa característica central num espaço aberto e amplo como ela. Não há ponto focal na Sé, embora existam elementos naturais que poderiam ser utilizados para tanto, como os dois prédios históricos presentes na praça. Afirmo com razão Cullen que “o objeto mais móvel numa cidade é o ser humano, e ele necessita de poder ancorar-se nas várias atividades exteriores, comerciais, recreativas e sociais.” Por isso mesmo é fundamental que existam em espaços amplos objetos que possam servir de ‘âncoras’ para que o homem neles se ‘apoie’. (CULLEN, 1971, p.106). Além disso, é indispensável a presença de pontos em destaque que

deem à vista humana referência visual, marco, apoio e isso a Sé não contemplou em sua reforma.

As duas carreiras de palmeiras postas no adro da catedral não suprem essa carência, pois que mal colocadas, já que ao contrário de definirem o espaço do adro acabam por confundir visualmente os elementos verticais que lá já existiam, especialmente as torres da própria Catedral, que deveriam ter recebido, isso sim, tratamento projetivo que enlevassem ainda mais seu caráter imponente e marcante no alto da praça.

Figura 58- PRAÇA DA SÉ, meados da década de 1950

Fonte: Companhia Visual, foto Postal Colombo. Disponível em <http://www.ciavisual.com.br/detalhe/fotos-antigas/15919-sao-paulo-praca-da-se-2/>. Acessado em jan/2013

Vista da Catedral e da Praça da Sé, ainda com o Palacete Santa Helena e os demais edifícios que viriam a ser demolidos, no lado esquerdo da foto. As árvores então existentes na praça não interferiam na vista da Catedral, o que preservava sua imponente como ponto focal da praça. Ela está no ponto mais alto do terreno da praça, e assim são as principais igrejas na grande maioria das cidades, desde as pequenas até as metrópoles, pois as torres das igrejas apontam para o céu onde está o Ser Maior, e esse apontar para o céu não se dá involuntariamente, mas é fruto da intenção arquitetônica de fazer com que os fiéis se voltem para o céu ao olharem para a Igreja. Essa fotografia mostra a Catedral como ponto focal central de todo aquele espaço da praça, a exemplo de outras praças citadas neste trabalho que adotam o principal prédio de uso público como ponto focal.

Figura 59 – ADRO E CATEDRAL DA SÉ

Fonte: Bike Pedal e Cia. Disponível em <http://www.coletivoverde.com.br/relato-dos-quatro-dias-em-que-morei-e-vivi-na-rua-parte-2/> . Acessado em jan/2013

Nesta imagem acima, recente, as duas carreiras de palmeiras no adro não apenas atrapalham a visão da Catedral como reduzem sua imponência e retiram o ponto focal da praça, deixando o espaço sem uma forte referência de determinante, ao contrário da imagem anterior (Figura 58), com a praça antiga, antes da reforma para o Metrô.

No blog resultante de um estudo feito por alunos da FAAP entre outubro e dezembro de 2007, sobre a Praça da Sé, foi colocado trecho do trabalho que é muito adequado:

A REFORMA DOS ANOS 70

“Na década de 70 a Praça da Sé sofreu uma radical transformação, a instalação da estação central do novo sistema metropolitano da cidade no espaço subterrâneo, alterando o aspecto e função da Praça da Sé e de seu contexto.

“O grande canteiro de obras da estação metropolitana transformou inteiramente o quarteirão. A Praça da Sé se tornou uma praça de dimensões estendidas: uma grande parte da vizinha Praça Clóvis foi incorporada, tendo sido necessário demolir o Teatro Santa Helena como também explodir o edifício Mendes Caldeira.

“O paisagista Burle Marx foi convidado a propor um projeto para a Praça da Sé mas que acabou nunca sendo realizado, embora no aspecto final da praça era possível encontrar alguns elementos da sua proposta tais como o espelho de água central e as esculturas.

‘Na estrutura da praça era legível o **pano de fundo que guiava o projeto final, a subordinação do espaço aberto ao subterrâneo do metrô. Esta escolha levou a uma rigidez e setorização excessiva dos espaços, e uma falta de visibilidade**, que não favorecia a circulação e a fluidez dos mesmos por parte dos pedestres. Embora tenha sido dado uma grande atenção aos detalhes, cascatas e esculturas, que foram muito valorizados, **faltou uma valorização do espaço em sua complexidade e inteireza.**

‘A área de frente à Catedral é caracterizada por uma escadaria e um caminho criado pelas Palmeiras Imperiais no qual encontra-se o Marco Zero, simbolizando o km zero da cidade, a partir do qual mede-se todas as distâncias para as outras capitais. A zona que era formada pela Praça Clóvis, unida ao Palácio da Justiça, foi transformada em um articulado complexo de diferentes planos e níveis com bancos e jardins. A conformação desta área, marca por espelhos d’água e reduzida possibilidade de acesso, tornou possível a sua apropriação por parte dos moradores em situação de rua, para a sua higiene pessoal, assim como por delinquentes em fuga que ali encontravam esconderijo. A parte ao norte, unida por edifícios da cúria, tornou-se um grande canteiro arborizado, que ainda assim não se relacionava com os edifícios ao redor nem com o restante da praça.

‘As críticas ao projeto foram intensas. ‘O projeto foi realizado sem que houvesse um confronto ou envolvimento com a população, as obras ficaram escondidas por barreiras durante todo o período de trabalho sendo aberto ao público apenas no dia da inauguração e foi apresentado como um presente da prefeitura aos cidadãos.

‘O contexto político daqueles anos era caracterizado por uma sempre mais reduzida possibilidade de participação dos cidadãos as escolhas e decisões políticas.’ (grifos nossos)

Fonte: disponível em <http://projetomarczero.wordpress.com/4/>, Programa de Residência Artística, FAAP/SP, out/dez/2005, acessado em dez/2013.

Figura 60- PRAÇA DA SÉ COM PALACETE SANTA HELENA, 1952

Fonte: Lorca, 2013, p.25

Nesta vista da Sé em foto tirada da esquina com a Rua XV de Novembro, em 1952, a visão da praça não sofre interferência física e pode-se ver a Catedral no ponto mais alto do terreno. Além disso ainda tem a presença de elemento vertical – relógio – dando referencial visual. À esquerda, o Santa Helena e os demais edifícios da quadra que foi demolida e que separava a Sé da Clóvis Beviláqua.

Figura 61- PRAÇA DA SÉ, 1954

Fonte: Lorca, 2013, p.149

Aqui a Praça da Sé, em 1954, na inauguração da nova Catedral, no ano do IV Centenário da cidade de São Paulo. A foto tirada da escadaria da igreja em direção às Ruas XV de Novembro e Direita. Não há qualquer elemento físico que interrompa o espaço dedicado às pessoas, o piso é liso apesar de em declive, acompanhando o desnível natural do terreno. Onde estão concentradas as pessoas nessa fotografia é exatamente o local onde atualmente estão as palmeiras ocupando o espaço, como se vê na figura 59.

Figura 62- PRAÇA DA SÉ COM PALACETE SANTA HELENA

Fonte: Lorca, 2013, p. 147

Fotografia tirada no mesmo dia da inauguração e da mesma escadaria, só que olhando mais para a direita da praça, em que aparece o Santa Helena e toda sua ocupação, ladeando e delimitando visualmente a praça. Essas edificações compunham os limites visuais do espaço, o que se perdeu com sua demolição e alongamento ao espaço onde era a outra praça, a Clóvis Beviláqua.

Figura 63- OURO PRETO

Fonte: Lemos, 1979, p. 89.

Na figura 63 estão a Casa da Câmara e Cadeia, na cidade de Ouro Preto, MG, atual Museu da Inconfidência. Esse espaço público mostra como se pode valorizar edifícios importantes colocando-se poucos elementos à frente, de forma a não atrapalhar a visão e a dar o ponto focal, tendo como elemento principal o edifício que se quer destacar. Há enorme diferença entre essa situação e a Catedral da Sé, foto acima.

Figura 64- PRAÇA DE SÃO PEDRO, VATICANO

Fonte: Cacilda Amaral. Disponível em <http://www.minube.com.br/fotos/sitio-preferido/4819/5972791>. Acessado em abr/2013

Na Figura 64 está a Praça de São Pedro, Vaticano. Ponto focal. Essa seja talvez a praça que melhor apresenta essa característica, pois o edifício que a circunda coloca o observador realmente dentro daquele espaço, apesar de sua amplitude. Ainda conta com o elemento vertical firmando a referência visual no contexto da praça. A Sé não apresenta nem uma, nem outra característica. Aqui não há qualquer interferência física nem visual que atrapalhe a vista, como os canteiros em desnível da Sé. O espaço livre de interferências era a Sé antiga.

No tópico sobre desníveis, existe na Sé outro grande problema na medida em que o desnível natural do terreno foi vencido por muros delimitando os canteiros em níveis com grande diferença de altura. Isso causa a interrupção da visão e do uso da praça pelo pedestre. Inúmeras outras soluções existem no desenho urbano e poderiam ser adotadas, inclusive várias simultaneamente, dando riqueza estética ao projeto.

Figura 65- PRAÇA NA ÁFRICA

Nessa praça na África o desnível foi vencido com a utilização de baixos canteiros de plantas e poucas escadas, mas que não interferem na paisagem e na visão do todo, além de criarem espaços agradáveis de passeio e convívio.

Figura 66- PRAÇA ROOSEVELT

Fonte: Portal R 7, foto sem autoria. Disponível em <http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/primeira-parte-das-obras-na-praca-roosevelt-termina-em-setembro-20120609.html>. Acessado em set/2013

Na Nova Praça Roosevelt, em São Paulo, a solução de escadarias largas e canteiros baixos, dando sensação de amplitude e sem interrupções visuais bruscas foi adequada à escala humana.

Figura 67- PIAZZA NICHOLAS GREEN, ITÁLIA

Fonte: Cannatà & Fernandes Arquitectos Lda. Disponível em <http://cannatafernandes.com/pt/built/nicholas-green/>, figura 2/11. Acessado em set/2013

Piazza Nicholas Green, Roma, Itália. Escadaria, muros e pavimento no piso, mas tudo em escala adequada ao homem, nos moldes do que preconizou Corbusier com seu Modulor. Espaço de aconchego apesar do elevado desnível. A solução adotada na Praça da Sé fugiu muito de uma solução como essa, pois colocou várias escadarias esparsas e sem sequência linear para vencer o desnível, o que segmentou e fracionou o espaço.

Figura 68- PRAÇA VICTOR CIVITA, SÃO PAULO

Fonte: Daniela Pontes, ArqCidade. Disponível em <http://arqcidade.blogspot.com.br/2010/06/praca-victor-civita-sustentabilidade-e.html>. Acessado em set/2013

Uso de materiais diferentes como madeira, grama e concreto, muretas de canteiros baixas e criação de cantos agradáveis e espaços definidos para circulação, sem intercorrência de um no outro na Praça Victor Civita. Aliás, essa praça merece destaque por ter sido construída sobre um antigo depósito de lixo da capital paulista, onde funcionava o grande incinerador de Pinheiros. Trata-se de espaço totalmente sustentável, que prevê o tratamento dos resíduos do antigo depósito e o aproveitamento desse apela para servir de exemplo de intervenção ambiental e sustentável.

Figura 69- PRAÇA EM DESNÍVEL

Fonte: Fotosefotos.com, sem autoria. Disponível em
http://www.fotosefotos.com/page_img/15180/escadaria_em_praca. Acessado em set/2013

Escadarias largas, gramado, arbustos de altura média, piso inclinado e impermeável, tudo em harmonia e criando sensação agradável e de aconchego, apesar da amplitude do espaço. Luminárias baixas que criam ambiente doméstico.

Figura 70- PRAÇA DE ESPANHA, ROMA, ITÁLIA

Fonte: Alexandre Costa. Disponível em <http://www.oquesefaz.com/2010/12/27/as-pracas-de-roma/>. Acessado em set/2013

Uma das mais antigas e famosas praças de Roma é a **Piazza de Espanha**. Cercada por vários restaurantes e cafés, esta praça de formato retangular está sempre lotada de turistas. Na praça, além do *Palazzo Pamphilli*, sede da Embaixada do Brasil, e da *Igreja de Santa Agnese* estão situadas três fontes: a *Fonte dos Quatro Rios*, de Bernini, ao centro, a *Fontana del Moroe* a *Fonte de Neptuno* nas extremidades. Apesar do elevado desnível a escadaria única acaba criando espaço de encontro e descanso, ao contrário do que ocorre com os degraus seccionados da Sé, e cujo desnível é bem menor.

Figura 71- PIAZZA DEL CAMPIDOGLIO, ITÁLIA.

Fonte: Victor Sokolovicz. Disponível em <http://viajeaqui.abril.com.br/estabelecimentos/italia-roma-atracao-piazza-del-campidoglio>. Acessado em set/2013

Em ambas as praças o uso de escadarias largas, mas com valorização do principal elemento vertical no alto da praça. A Catedral da Sé também fica no ponto mais alto da praça, mas não é valorizada. Aqui a vista não é atrapalhada por nenhum outro elemento, valorizando o prédio principal da praça e os prédios também históricos que estão ao lado. Uma réplica da estátua equestre de Marco Aurélio de Michelangelo é o ponto principal da praça. A estátua original fica ali perto, no Museo Capitolini, que ocupa dois edifícios na mesma praça próxima ao Foro Romano.

Figura 72- PRAÇA DA REPÚBLICA, LYON, FRANÇA

Fonte: Rogerio Ruschel. Disponível em <http://invinovias.blogspot.com.br/2013/07/o-historico-carroussel-da-praca-da.html>. Acessado em set/2013

Alguns elementos se assemelham à Sé, exceto é claro o rio na parte baixa. Mas está ladeada por prédios antigos e de baixo gabarito, tem considerável desnível, mas foi usada escadaria larga, sem interrupções visuais, com patamar intermediário, que permite uso variados. Na parte da baixo da Sé poderia ter sido colocado equipamentos que convidassem ao olhar e à contemplação, em lugar do pífio ‘marco zero’ e das estátuas de Anchieta e de São Paulo, que nada agregam à paisagem nem à contemplação.

Quanto às barreiras físicas que um projeto de praça pode propiciar, voluntária ou involuntariamente, é aspecto da maior importância no desenho urbano. A existência de barreiras dessa natureza compromete por completo o uso de um espaço público. Isso porque visualmente interrompe a longevidade do olhar, dificultando a compreensão do todo e frustrando a percepção da liberdade de se enxergar o além, o depois, o longínquo. Isso numa praça é um erro mortal, pois ela tem justamente o papel de propiciar as sensações inversas ao dito acima. Na Sé foram colocadas várias obras de arte, esculturas contratadas a artistas, curiosamente, que eram na ocasião expoentes do pensamento de esquerda no meio cultural do país.

Inobstante a beleza de cada uma delas isoladamente, no contexto da praça foram escolhas infelizes dos gestores, pois elas não em relação alguma com a história do lugar, não tem correspondência com aquele espaço, parecem terem primeiro sido contratadas e depois, foi resolvido em que local espalhá-las. Foram coisas vindas de fora sem ligação nenhuma com o lugar, e dessa foram são vistas e ‘sentidas’, nada representando aos usuários da praça. Tanto é assim que a mais famosa delas, a Garatuja, já mudou de lugar três vezes, apesar de seu tamanho e peso.

Figura 73- ESCULTURA “GARATUJA”

Fonte: Acervo do Metrô de São Paulo, foto sem autoria. Disponível em <http://www.monumentos.art.br/monumento/garatuja>. Acessado em set/2013

A escultura Garatuja, de Marcello Nistche, de 1978, já foi exposta em três locais diferentes na praça da Sé, primeiro no chamado Jardim das Esculturas, no lado exterior da praça, depois onde aparece na foto, numa das saídas das escadas rolantes, e atualmente está dentro da Estação do Metrô, no piso das bilheterias. Talvez essa mudança de local revele a

ausência de partido arquitetônico inicial da praça que realmente privilegiasse esse tipo de elemento.

Figura 74- ESCULTURA “QUADRO NEGRO”

Fonte: Lucas Malkut. Disponível em <http://artenalinha.wordpress.com/2013/04/30/jose-resende-tem-escultura-provocativa-na-praca-da-se/>. Acessado em set/2013

Sobre a mudança de local da escultura de José Rezende, também de 1978, o autor critica o ‘Jardim das Esculturas da Sé. E afirma: “Isso é constatável pelo descaso, pois faz cerca de 35 anos que o meu trabalho lá está e só há uns cinco anos foi removido de um canteirinho (construído em torno dele à minha revelia) para um piso que permite às pessoas chegarem até ele. Nesse canteiro foram plantadas árvores que por anos esconderam a obra quase totalmente. Dizer que houve exposição pública do trabalho estes anos todos é uma mentira”.

Figura 75- PRAÇA DA SÉ

Fonte: Augusto Martini. Disponível em <http://asimplicidadedascoisas.wordpress.com/2011/09/13/morar-no-centro-de-sao-paulo-e-reviver-a-historia/>. Acessado em set/2013

Vista do espelho d'água da praça da Sé, imagem bonita no local; a presença de espelhos d'água é indicada em locais amplos, até mesmo para auxiliar na composição da umidade relativa do ar. Mas na Praça da Sé, além de não se relacionar com o entorno, não está colocado num nível que possa ser visto dos vários pontos da praça. Fica muito bonito em fotos aéreas, mas de perto o que mais se vê ali são crianças de rua utilizando-o como banheira para seus banhos.

Outro tópico de desenho urbano a ser destacado é a chamada 'Ausência de Identidade', caso dos mais presentes na praça. Identidade é fruto do pertencimento, não importando se é belo ou não ao olhar estético, pois a beleza se faz pela sua própria identidade. O projeto da Sé desligou-se da identidade do lugar para com a cidade e para com a população. Assim, os patamares, os canteiros, as esculturas, o espelho d'água, enfim, quase todos os detalhes foram feitos sem que tivessem identidade com o lugar, e a ausência de uso até mesmo de simples contemplação é a prova da inexistência desse requisito fundamental para que um lugar se cole ao seu usuário e estabeleça íntima relação de pertença.

Kevin Lynch chama a atenção para a 'imagem da cidade', que uma clara e precisa pode ser um fator positivo para o desenvolvimento pessoal dos seus usuários. Na mesma linha do que se disse anteriormente, o arquiteto americano que se destacou por suas ideias postas

em prática em Boston, Los Angeles e New Jersey, afirma que os pontos de referência são de fundamental importância para a leitura do lugar e sua integração do homem. E podem ser simples como um edifício, uma loja, uma torre, um signo, desde que se contraste de alguma forma com o contexto em que está. O ponto de referência não ganha importância pela sua dimensão, mas pela sua localização. Esse conjunto de ingredientes vão dar ao espaço urbano o que o arquiteto chama de imagem melódica, a forma de organizar os caminhos e seus detalhes, que vão se destacando na medida em que se vai andando e se apropriando daquele espaço. (CHOAY, 1979, p. 316).

Figura 76- ESCULTURA “OS PÁSSAROS”

Fonte: Leonardo Soares. Disponível <http://m.fotos.noticias.bol.uol.com.br/imagensdodia/2013/04/17/obras-de-arte-e-monumentos-degradados-em-sao-paulo.htm?imagem=4>. Acessado em set/2013

‘Os Pássaros’, da importante escultora Felícia Lerner, é outra das esculturas colocadas na praça, no Jardim das Esculturas, que emobra plasticamente bonita, em nada se realciona com o espaço nem com o entorno da praça. E muito menos com os ‘passantes’, pois que é mais utilizada pelos próprios moradores da praça para secagem de roupa, o que não deixa de ser uma popularização da obra de arte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da pergunta do título a conclusão forçosa é que houve uma deformação da Praça da Sé. Houaiss ensina que a etimologia do verbo ‘deformar’ vem do latim “deformo”, que significa ‘desfigurar, estragar, descaracterizar’. Seus significados anotados pelo lexicógrafo são “mudar ou desfazer-se a forma ou o aspecto original de; descaracterizar-se, desfigurar-se; mudar para pior.” (HOUAISS, 2009, p.607).

Já o sentido de ‘reformatar’ ele aponta como “reconstituir a antiga forma de, dar melhor forma a, corrigir, emendar, tornar melhor, aperfeiçoar, renovar”. (HOUAISS, 2009, p.1632)

Levando-se em conta tais significados, a conclusão é mesmo de que se trata não de reforma da velha praça, mas de uma deformação. Isso porque nenhuma das acepções de reforma pode ser adequadamente aplicada ao caso.

Se a análise for feita a partir de outros parâmetros que não os linguísticos, igualmente a conclusão é de que as obras feitas nas duas praças, Sé e Clóvis, resultaram numa infeliz solução. Todos os parâmetros arquitetônicos do que poderia ser um local aprazível numa função de praça foram desatendidos. E a memória da cidade simbolizada em grande parte por aquele espaço foi desfeita por completo. Não há identidade entre o visual resultante do projeto com a memória social e afetiva da praça.

Não penso que a cidade tenha que ser imutável e estática, nem tampouco que os prédios históricos obrigatoriamente tenham que ser tombados, até porque as leis de tombamento existentes no país são de um atraso descomunal e contrariam o princípio do direito à propriedade privada consagrado nas leis brasileiras. A Constituição Federal em seu artigo 170 discrimina que

“A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I- Soberania nacional

II- Propriedade privada

III- Função social da propriedade

IV- Livre concorrência”

(e outros cinco incisos)

Fonte: Brasil, Códigos e Constituição Federal, 2010, p.97

Já o Código Civil brasileiro, em seu artigo 1.228, estabelece que

“O proprietário tem a faculdade de **usar, gozar**, e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§1º. O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidade econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e **o patrimônio histórico** e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.”

Fonte: Brasil, Códigos e Constituição federal, 2010, p.359

Porém, há nos Tribunais brasileiros divergência de decisões sobre a prevalência do direito inerente à propriedade privada ou da obrigatoriedade de dar à propriedade sua função social. O direito de propriedade vem do Direito Romano e as normas brasileiras sempre o garantiram. Todavia, desde a Constituição Federal de 1967 vem também normatizada a obrigatoriedade de dar à propriedade finalidade social. Isso não se aproxima, mister dizer, de qualquer socialização da propriedade, mas tão somente que o proprietário tem poderes sobre sua propriedade mas não pode deixar com ela fique, por exemplo, à deriva dos acontecimentos futuros aguardando valorização, sem dar ao bem qualquer utilidade. Um imóvel cujo proprietário não tenha interesse em residir nele e o destine à locação, estará cumprindo com sua finalidade social, segundo as regras estabelecidas.

Voltando então ao bem tombado, em tese ele estaria cumprindo com sua finalidade social na medida em que resguardando a memória traduzida naquele bem. O problema passa a existir no momento em que o proprietário deseja dar ao bem uso que possa ser incompatível com seu congelamento físico. Além disso, há o dever de preservar o bem tombado por parte de seu proprietário, o que muitas vezes se mostra inviável porque o bem foi adquirido muitos anos atrás e hoje os proprietários são os herdeiros do dono original, e via de regra não tem recursos para fazer frente aos custos de manutenção e preservação. Com essa impossibilidade o bem passa a não receber os cuidados necessários e entra num processo de deterioração física. Ou seja, a intenção de preservação do bem para educação da sociedade sobre suas origens e cultura fica condenada a segundo plano diante do desmantelamento gradual do bem.

Aqui é que entra a crítica sobre a forma de tombamento de bens no Brasil, pois a legislação é rigorosa e fechada, dificultando soluções que atendam simultaneamente os direitos de propriedade e o desejo de preservação do bem. Algumas poucas iniciativas nesse sentido foram tentadas e tiveram êxito, ao menos temporariamente, como foi o caso da cidade de Curitiba em seu centro histórico, denominado desde o Império como Largo da Ordem. Em 1973 o então Prefeito Jaime Lerner conseguiu estabelecer um pacto de cavalheiros com os proprietários daqueles imóveis no sentido de que aquele proprietário que locasse seu imóvel

para destinação cultural ou de lazer, teria redução tributária por determinado período, conforme aprovação de norma municipal.

Esse tipo de pacto, porém, gera sempre a propositura de ações declaratórias de inconstitucionalidade, pois realmente fere princípios do Direito Administrativo que limita o poder do Chefe do Executivo de conceder benefícios tributários dirigidos a determinado grupo de munícipes e que diminuirão a receita pública. De qualquer forma, são iniciativas válidas e no caso de Curitiba foram exitosas, embora, repita-se, sem sólida base legal, inclusive porque afeta o direito do proprietário de gozar do imóvel da maneira como melhor lhe aprouver, como alugar para outra finalidade que lhe rendesse melhores resultados financeiros.

Posto isso, é necessário reiterar a afirmação inicial de que a reforma feita na Praça da Sé descaracterizou o local e afetou a memória cultural e histórica do lugar. Para evitar isso somente um adequado projeto de arquitetura poderia garantir, já que a legislação de preservação histórica não teria o condão e a eficácia de dar esse resultado.

O certo é que a memória coletiva de uma determinada parcela da sociedade, essa sim tem que se ser preservada. E a Sé é um local desses, por todo seu passado que foi, ainda que parcialmente, narrado nas páginas anteriores.

No tocante ao fato de as obras do metrô terem destruído parte dessa memória propositalmente, por motivos estritamente políticos, ficou evidenciado por alguns trechos de autores que foram aqui reproduzidos, bem como pelo depoimento do engenheiro do metrô, que a decisão de abrir valas no meio das praças, destruindo a superfície de ambas, foi mesmo política. Tecnicamente havia plenas condições de utilizar simultaneamente os métodos Shield e de abertura de valas e com isso preservar a maior parte do que se tinha sobre as duas praças, mas optou-se pela destruição do quarteirão inteiro onde estava o Santa Helena e o Mendes Caldeira, ou seja, demoliu-se a memória e implodiu-se o ‘contra’.

Hoje a velha Praça é abrigo de mendigos, charlatães bíblicos, crackeiros e vez ou outra visitantes ilustres de outras cidades e de bairros paulistanos distantes. Ainda ocorrem manifestações políticas, mas são raras e não tem mais aquele condão de serem na Sé como tiveram outrora. Em parte é natural que assim o seja, mas em parte é fruto de projeto que quis isso e conseguiu ter êxito, infelizmente.

Figura 77- MORANDO NA SÉ

Fonte: João Varella. Disponível em <http://www.trilhosurbanos.com/2011/08/grito-pela-vida-na-se/>. Acessado em set/2013

Por fim a Praça da Sé com o adro da Catedral, outrora palco de importantes manifestações ao longo de anos na cidade de São Paulo, agora recebe os moradores de rua que fazem dela o seu berço esplêndido... Poder-se-ia dizer triste fim para um espaço com dias tão gloriosos, mas de uma outra forma deve-se afirmar que a praça está sendo usada, embora com um público não exatamente desejado pelos seus projetistas.

O fato é que essa apropriação nada mais é do que o resultado da imposição da valorização especulativa da terra urbana pelo capital, que muda os centros urbanos de negócios para outros locais tão logo vislumbre novas oportunidades de lucros expressivos em

novos lugares da cidade. Como exposto no Capítulo 2, o interesse do capital na cidade se assemelha a uma indústria qualquer que atua dentro das regras do regime capitalista, e por isso mesmo altera seu curso na medida de seus interesses econômicos.

A velha Praça cumpre com seu papel na dinâmica do capital, e pouco hoje representa à população paulistana, que se quer a conhece atualmente e dela não se apropria como outrora o fez.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sergio. Espaço público na São Paulo do século XXI: perspectivas. **Revista Arq. Urb, USJT**, n. 6, p. 73-90, 2º. sem. 2011.

ALBORNOZ, Suzana Guerra. Atração passional, trabalho e educação em O novo mundo industrial e societário de Charles Fourier. **Revistas USP – Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.10, n. 1, p. 1-19, 2007. Disponível em : <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v10i1p1-19>>. Acesso em: 05.out. 2013.

ANSARA, Soraia. **Memória política, repressão e ditadura no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009.

ARANTES, Otilia B. F.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada**. São Paulo: Cia das Letras, 1990, v. 1.

_____. **História da vida privada**. São Paulo: Cia das Letras, 1990, v. 2.

_____. **História da vida privada**. São Paulo: Cia das Letras, 1991, v. 3.

ARNS, Paulo Evaristo, Cardeal (Org.). **Brasil: nunca mais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Informativo “O Triângulo”**. São Paulo, ano 1, n. 1, fev./mar. 2013.

ARTIGAS, João Batista Vilanova. **Caminhos da arquitetura**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

BARTALANI, Vladimir. **Praças do Metrô**. 1988. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

BRASIL. **Códigos e Constituição Federal**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRATKE, Carlos. **Cadernos brasileiros de arquitetura**. São Paulo: Projeto, out. 1985. v. 15.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

CARVALHO, Benjamim de Araújo. **A história da arquitetura**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, data aproximada 1982.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

LEVY, Evelyn. **Olhando para trás: 40 anos de planejamento urbano em São Paulo**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos : Cortez, 1985. v. 15.

FERNANDES, Edésio (Org.). **Direito urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

FERREIRA DE CAMARGO, Cândido Procópio *et al.* **São Paulo 1975 : crescimento e pobreza**. São Paulo: Loyola, 1976.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FRÚGOLI, Heitor Junior. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez, 2000.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. [Palestra]. [Rio de Janeiro, 2013]. Disponível em :
<<http://www.canalibase.org.br/harvey-urbanizacao-incompleta-e-estrategia-do-capital/>>.
Acesso em : 24 nov. 2013.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

JARAMILLO, Samuel. **Crise dos meios de consumo coletivo urbano e capitalismo periférico**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos : Cortez, 1986. v. 18.

JELIN, Elizabeth (comp.). **Las conmemoraciones: las disputas in las fechas ‘in-felices’**. Madri:Siglo veinteuno, 2002.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Póvoa de Varzim, Portugal: Ulisseia, 1972.

_____. **Conferencia em la ciudad universitária de Antony, in De lo Rural a lo Urbano**. Barcelona: Península, 1973.

LE MOS, Carlos A. C. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos : EDUSP, 1979.

_____. **Alvenaria burguesa**. São Paulo: Nobel, 1985.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LORCA, German. **A São Paulo de German Lorca**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2013.

MALTA CAMPOS, Cândido, et al. (Org.). **São Paulo: a metrópole em trânsito**. São Paulo: SENAC, 2004.

MALTA CAMPOS, Cândido; SIMÕES, José Geraldo Junior (Org.). **Palacete Santa Helena**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: LP&M, 2003.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história interfaces**. Rio de Janeiro: Tempo, 1996. v. 1, n. 2.

MEYER, Regina Maria Prosperi; GROSTEIN, Marta Dora. **A leste do Centro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2010.

MILANESI, Renata. **Praça da Sé: evolução urbana e espaço público**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PEREIRA CUNHA, Maria Clementina (Org.). **O direito à memória**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

PEREIRA, Diamantino. Paisagens e uso do solo urbano e rural. **Terra Livre**, v.1, p.15-26, 2008.

ROMERO, José Luis. **América Latina**: as cidades e as idéias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro dos. **São Paulo - Praça da Sé**: transformações e usos. 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2009.

SÃO PAULO. Departamento de Ordem Política e Social. **DOSSIÊS DOPS/SP**: radiografias do autoritarismo republicano brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. (O DOPS/SP em busca do crime político, 4).

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Energia e Saneamento. **Transformações urbanas**: São Paulo 1853-1940. São Paulo: Fundação de Energia e Saneamento, 2013.

SÃO PAULO. Prefeitura. SEMPLA. **América Latina**: crise nas metrópoles. São Paulo: SEMPLA, 1985.

SÃO PAULO. Prefeitura. **O direito à memória**. São Paulo, DPH/SMC, 1992.

SÃO PAULO. Prefeitura. DPH- Departamento de Patrimônio Histórico. **Militão Augusto de Azevedo**. Casa da Imagem. São Paulo: Cosacnaify, 2013.

SAULE, Nelson Júnior (Coord.). **Direito à cidade**: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Max Limonad, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo**: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1981.

SOMECK, Nadia; MALTA CAMPOS, Cândido (Org.). **A cidade que não pode parar**. São Paulo: Mackpesquisa, 2002.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de, et al. (Org.). **Metrópole e globalização** : conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Cedesp, 1999.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo: três cidades em um século**. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

VIEIRA, Cláudio Afonso. **Urbanização e custo de reprodução da força de trabalho**. São Paulo: IPE-USP, 1984.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **O centro vive**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

WOLFE, Tom. **Da Bauhauss ao nosso caos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1981.

YÁZIGI, Eduardo. **Esse estranho amor dos paulistanos**. São Paulo: Global, 2006.